

NOTA *técnica* AIPARDES

Nº 20

O Paraná na Primeira
Década do Século XXI

Curitiba
2010

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Orlando Pessutti - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Allan Jones dos Santos - *Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora-Presidente*

Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Gracia Maria Viecelli Besen - *Diretora do Centro de Pesquisa*

Deborah Ribeiro de Carvalho - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

Tháís Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - *Coordenação*

Estelita Sandra de Matias - *Revisão de texto*

Ana Batista Martins, Ana Rita Barzick Nogueira, Léia Rachel Castellar - *Edição eletrônica*

Dora Silvia Hackenberg - *Normalização bibliográfica*

NOTA técnica
IPARDES

As notas técnicas do IPARDES constituem breves abordagens sobre temas relevantes para a agenda de pesquisa e planejamento do Estado.

O PARANÁ NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

INTRODUÇÃO

O presente documento, em suas diferentes dimensões, sintetiza um conjunto de notas técnicas elaboradas pelos pesquisadores do IPARDES com o intuito de refletir sobre diversos temas estratégicos para o desenvolvimento do Estado*. Neste sentido, importa ressaltar que as notas técnicas utilizadas poderão ser consultadas em sua íntegra no sítio do IPARDES (www.ipardes.gov.br), permitindo uma visão detalhada das questões aqui abordadas. A relação das notas, base deste diagnóstico, encontra-se no apêndice desta publicação.

Além desta introdução, o documento está organizado em quatro seções. A primeira aborda a dinâmica econômica recente, considerando-se os condicionantes macroeconômicos que interferiram na trajetória da economia estadual, a evolução do produto interno bruto e das exportações, bem como uma avaliação do desempenho da agropecuária, indústria e serviços, na última década. A segunda seção – dimensão social – aborda alguns aspectos da dinâmica demográfica e avalia a evolução da situação social no Paraná, nas áreas de saúde, educação, habitação e políticas de transferência de renda. Na terceira seção são apresentados alguns resultados da dinâmica ambiental recente, abordando temas como recursos hídricos, resíduos sólidos urbanos, cobertura vegetal, reserva legal e áreas de preservação permanente, e os impactos das mudanças climáticas. Por fim, na última seção têm-se as considerações finais, destacando alguns desafios para o desenvolvimento estadual, merecedores de atenção na agenda governamental e pelos gestores públicos em seu esforço de planejamento.

* Esta síntese foi elaborada pelos técnicos Gracia Maria Viecegli Besen, Paulo Roberto Delgado, Louise Ronconi de Nazareno, Angelita Bazotti, Maria Luiza Marques Dias e Ana Cláudia de Paula Muller.

1 DIMENSÃO ECONÔMICA

O Brasil da primeira década do século XXI manteve a mesma linha de orientações econômicas já iniciada no final da década de 1980. Essas orientações baseiam-se na concatenação entre a busca de saldos fiscais positivos na contabilidade pública primária, a livre flutuação do real e o cumprimento das metas de inflação, possibilitando o aceite à condição de solvência do governo, a atenuação dos riscos de vulnerabilidade externa e a previsibilidade da política monetária. Destaca-se que, sem perder seus ingredientes ortodoxos, a condução econômica, no período mais recente, adquire componentes pró-ativos, como: valorização do salário mínimo, política de crédito e políticas de inclusão social.

No caso paranaense, desde o começo dos anos 1990 a economia estadual vem revelando capacidade de sincronização com algumas modificações estruturais e espaciais verificadas no País. Pela ótica estrutural, destacam-se o aprofundamento da abertura comercial, os rearranjos técnico-produtivo-gerenciais das empresas, sobretudo privadas, a formação e a tentativa de consolidação do Mercosul, e a estabilidade monetária, que ampliou o horizonte temporal para o exercício de tomada de decisões dos agentes sociais.

Da ótica espacial, sobressai o rearranjo inter-regional da corrente de novos investimentos produtivos no território brasileiro, particularmente o deslocamento do crescimento do agronegócio do eixo Sul-Sudeste no sentido das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, a implantação do polo automotivo no Nordeste, viabilizada por renúncias fiscais federais e estaduais, e o retorno dos movimentos de desconcentração da indústria da Região Sudeste em direção às cidades de grande e médio porte do Centro-Sul do País, próximas de São Paulo e do Mercosul, dotadas de infraestrutura adequada e com grande potencial nas áreas de ciência e tecnologia e de qualificação de mão de obra.

A trajetória recente da economia estadual, e de seu ambiente institucional, confirma a opção pelo aprimoramento de ações e incentivos à sustentação e à diversificação da estrutura produtiva regional, capazes de contribuir para a diminuição da crônica subordinação a fatores exógenos ou episódicos, como as flutuações dos preços internacionais dos produtos primários e o clima.

Um breve balanço do desempenho da base econômica paranaense entre 2000 e 2009 permite a identificação da predominância de resultados derivados da influência da orientação macroeconômica do governo federal, que prejudicou especialmente a matriz produtiva exportadora, particularmente a de bens industriais, e o agronegócio do Estado, este em parte compensado pela crescente demanda internacional de *commodities* agropecuárias e elevação de seus preços no mercado mundial, em boa parte do período.

Por certo, é necessário reconhecer o encaixe institucional em princípios doutrinários de resgate de uma maior e mais agressiva participação estatal na organização e indução do sistema econômico e de efetivação de alterações nas formas e nos itinerários de relacio-

namento entre o setor público e privado em áreas estratégicas, na direção da ampliação dos mecanismos de inclusão social e de distribuição de renda.

No âmbito estadual, tais incursões podem ser evidenciadas pela tentativa de reversão do processo de privatização da infraestrutura, sobretudo nos segmentos de energia e saneamento, pela adoção de medidas de cunho fiscal, como a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as microempresas, desde 2003, e para uma lista de mais de 95 mil itens de consumo básico, a partir de 2009, como anteparo aos impactos da crise internacional, e pela instituição do salário mínimo regional. Adicionalmente, verificou-se a implementação de programas sociais como *Luz Fraterna*, *Tarifa Social de Água*, *Leite das Crianças e Trator solidário* (reprodução do Moderfrota nacional), estes dois últimos com efeitos positivos sobre alguns segmentos da base agropecuária e agroindustrial paranaense.

Em termos de desempenho econômico, o Paraná registrou moderada inserção no estágio ascendente vivido pela economia internacional na presente década. No período 2000-2009, a taxa média de crescimento da economia estadual foi de 3,3%, similar à do Brasil (tabela 1). No caso paranaense, observam-se dois momentos distintos, o primeiro que se estende até 2004, com a economia crescendo a uma taxa média de 4,1%, contra 3,0% para a economia brasileira; após 2005, a taxa paranaense é reduzida para 2,5%, enquanto a nacional atingiu 3,6%. Dois importantes aspectos influenciaram o desempenho da economia estadual neste último período: a sucessão de fatores climáticos negativos (estiagens) e o impacto da crise internacional de 2008, mais acentuado no Estado.

TABELA 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ E BRASIL - 2000-2009

ANO	PIB (R\$ milhões)		PARTICIPAÇÃO PR/BR (%)	VARIÇÃO REAL ANUAL (%)	
	Paraná	Brasil		Paraná	Brasil
2000	69.131	1.179.482	5,86	5,38	4,31
2001	76.413	1.302.135	5,87	3,83	1,31
2002	88.407	1.477.822	5,98	1,98	2,66
2003	109.459	1.699.948	6,44	4,47	1,15
2004	122.434	1.941.498	6,31	5,02	5,71
2005	126.677	2.147.239	5,90	-0,01	3,16
2006	136.615	2.369.484	5,77	2,01	3,96
2007	161.582	2.661.345	6,07	6,74	6,09
2008	179.270	3.031.864	5,91	4,28	5,16
2009	⁽¹⁾ 186.457	⁽²⁾ 3.143.015	5,93	-0,50	-0,20
Taxa Média Anual de Crescimento					
2000-09				3,3	3,3
2000-04				4,1	3,0
2005-09				2,5	3,6

FONTES: IBGE - Contas Regionais do Brasil, IPARDES

(1) O resultado para o Estado do Paraná no ano de 2009 é estimativa preliminar.

(2) Dados do PIB Brasil calculado pelo IBGE, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Ressalte-se que, mesmo com a redução no ritmo de crescimento, na segunda metade da década, o Paraná mantém a quinta posição na economia nacional, participando com 5,9% do PIB nacional, em 2008.

No que tange às exportações, a contribuição do Estado para o valor total das vendas externas do País passou de 9,8%, em 2003, para 7,3%, em 2009, queda fortemente afetada pela crise do agronegócio, entre 2004 e 2006, pela fragilização da base de física de escoamento da produção e pelo declínio dos preços e do comércio mundial, associado à crise internacional (tabela 2). A perda de rentabilidade do agronegócio pode ser imputada à conjugação entre problemas climáticos (estiagens), fitossanitários (febre aftosa e gripe aviária), de mercado (flutuações dos preços externos) e de política econômica, particularmente o câmbio excessivamente apreciado. Há que se considerar, ainda, que a perda de participação estadual se deve, também, à expansão da fronteira agrícola em âmbito nacional, além do avanço da indústria extrativa de outras regiões do País, beneficiada pela crescente demanda internacional por *commodities* minerais, particularmente da economia chinesa.

TABELA 2 - PARANÁ - PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES
BRASILEIRAS - 2000-2009

ANOS	PARTICIPAÇÃO (%)
2000	8,0
2001	9,1
2002	9,4
2003	9,8
2004	9,7
2005	8,5
2006	7,3
2007	7,7
2008	7,7
2009	7,3

FONTE: MDIC/SECEX

Mesmo assim, é perceptível a ocorrência de acentuada diversificação estrutural da pauta exportadora do Estado, mediante a ampliação da participação de material de transporte, carnes e açúcar no valor total das vendas externas, neutralizada temporariamente pelos reflexos da instabilidade financeira externa em 2009 (tabela 3).

Em termos da composição da renda estadual, entre 2002 e 2008 houve um incremento na participação do setor de serviços no Valor Adicionado Total, passando de 60,3% para 63,9%. Neste mesmo período, o setor industrial teve sua participação reduzida de 29,0% para 26,6%, o mesmo ocorrendo com a agropecuária, que variou de 10,7% para 9,4%. Ressalte-se que, no caso do setor de serviços, boa parte do aumento em sua participação deveu-se ao crescimento das atividades de apoio à produção e dos serviços de transporte, armazenagem e correio.

TABELA 3 - PARANÁ - EXPORTAÇÕES SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - 1997/2008-2009

GRUPO DE PRODUTOS	1997	2008	2009
	Part. (%)	Part. (%)	Part. (%)
Complexo soja	49,5	28,6	29,0
Material de transporte e componentes	4,7	16,1	9,5
Complexo carnes	4,3	13,2	11,4
Madeiras e manufaturas de madeira	6,4	2,5	2,0
Cereais	0,8	2,9	2,8
Máquinas e instrumentos mecânicos	6,1	5,0	5,4
Açúcar	3,1	3,5	6,0
Produtos químicos	1,6	3,1	3,0
Derivados de petróleo	1,4	3,1	1,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: MDIC/SECEX

1.1 INDÚSTRIA

A indústria do Paraná cresceu a uma taxa média anual de 2,7% no período 1995-2007, com diferenças razoáveis entre as performances dos seus segmentos. Dentre estes, apenas a indústria de transformação apresentou incremento mais expressivo (3,8% a.a.), superando sua congênere brasileira, que avançou 1,8% no período, assegurando a relativa preservação do peso paranaense na renda gerada pelo secundário do País. Para os demais segmentos, as taxas foram de -0,2% (construção civil), 0,9% (indústria extrativa) e 2,1% (serviços industriais de utilidade pública).

Segundo dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), do IBGE, que engloba as atividades extrativas e de transformação, a performance da indústria paranaense foi sustentada principalmente pelos ramos de refino de petróleo, automobilístico e alimentício. Os dois primeiros ampliaram sua participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), passando, no período 1996-2007, de 5,6% para 20,8% (refino de petróleo) e de 3,3% para 12,8% (automobilística) (tabela 4).

Já no que diz respeito ao ramo alimentício, houve queda do seu peso relativo na renda manufatureira paranaense, de 29,2% para 20,3%, devido a uma taxa de crescimento inferior à média do setor industrial, o que não invalida o argumento de que a performance do segmento teve importante contribuição no aumento do VTI geral, uma vez que a representatividade ainda elevada na estrutura do secundário confere grande poder de influência aos movimentos da produção de alimentos.

TABELA 4 - VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO DIVISÕES DA CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - 1996-2007

DIVISÃO DA CNAE 1.0	1996		2007		TAXA REAL ANUAL (%) ⁽¹⁾
	VTI (R\$ mil)	Part. (%)	VTI (R\$ mil)	Part. (%)	
Extração de minerais não-metálicos	63 121	0,8	159 476	0,4	-2,1
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	2 455 032	29,2	8 437 937	20,3	2,7
Fabricação de produtos do fumo	312 076	3,7	136 532	0,3	-11,7
Fabricação de produtos têxteis	152 700	1,8	503 857	1,2	4,6
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	117 894	1,4	789 258	1,9	17,1
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro	68 665	0,8	199 662	0,5	4,3
Fabricação de produtos de madeira	440 963	5,2	1 754 451	4,2	3,7
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	465 089	5,5	2 146 712	5,2	5,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	286 685	3,4	687 046	1,7	-1,8
Refino de petróleo e produção de álcool	466 697	5,6	8 659 731	20,8	11,1
Fabricação de produtos químicos	565 974	6,7	2 599 576	6,3	3,9
Fabricação de artigos de borracha e plástico	226 912	2,7	855 945	2,1	2,1
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	317 358	3,8	1 204 569	2,9	3,9
Metalurgia básica	103 210	1,2	640 994	1,5	3,9
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	241 563	2,9	1 239 178	3,0	4,3
Fabricação de máquinas e equipamentos	680 383	8,1	2 650 855	6,4	3,7
Fabricação de equipamentos de informática	17 094	0,2	554 748	1,3	48,9
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	227 055	2,7	595 435	1,4	-1,8
Fabricação de materiais eletrônicos e de comunicações	505 495	6,0	716 819	1,7	2,2
Fabricação de equipamentos médico-hospitalares, de precisão, ópticos etc.	84 923	1,0	357 166	0,9	3,3
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	280 047	3,3	5 320 730	12,8	20,9
Fabricação de outros equipamentos de transporte	19 662	0,2	41 872	0,1	2,1
Fabricação de móveis e indústrias diversas	295 548	3,5	1 239 389	3,0	6,3
Reciclagem	2 003	0,0	23 899	0,1	14,6
INDÚSTRIA GERAL	8 402 314	100,0	41 550 600	100,0	4,8

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

(1) Para o cálculo da taxa média geométrica de crescimento real anual, foi utilizado o IPA-Origem específico de cada atividade econômica.

É importante colocar, contudo, que o avanço de algumas atividades caracterizadas pela alta razão entre o VTI e o pessoal ocupado, como a petroquímica e a automotiva, não redundou em aumento da produtividade do trabalho do conjunto industrial em nível regional. Ao contrário, o valor obtido a partir da divisão do produto manufatureiro pelo número de ocupados declinou de R\$ 79,4 mil, em 1996, para R\$ 72,8 mil, em 2007, a preços constantes desse último exercício, com ajuste pelo IPA, em tendência semelhante à da produtividade industrial brasileira, que, apesar disso, vem se mantendo acima da paranaense nos últimos anos.

Entre os fatores explicativos dessa queda, em âmbito estadual, pode-se destacar a forte absorção de mão de obra pelos ramos que naturalmente não apresentam elevados índices de produtividade, como são os casos dos segmentos de alimentos, vestuário e produtos de metal, que registraram consideráveis variações relativas de, respectivamente, 124,1%, 207,2% e 161,1% do estoque de empregados no intervalo em avaliação, respondendo, juntos, por 54,9% do aumento absoluto do contingente de trabalhadores na indústria. Impulsionado por essas três atividades, o número de ocupações industriais no Estado atingiu 571,1 mil em 2007, representando 8,0% do total nacional, expressivamente

acima dos 313,2 mil contabilizados em 1996, que à época corresponderam a 6,2% do todo do País.

Portanto, uma das principais características do crescimento industrial paranaense no período recente é representada pela intensidade do fator trabalho, comparativamente ao padrão brasileiro, o que indubitavelmente contribuiu para uma apropriação mais igualitária dos ganhos com a ampliação do produto manufatureiro.

Além disso, levando em conta os segmentos líderes na geração de ocupações, é peculiaridade desse movimento a desconcentração espacial dos novos postos de trabalho, privilegiando não somente as áreas de maior adensamento industrial, como também os territórios não polarizados por aglomerados metropolitanos. Prova disso é que a participação relativa da Mesorregião Metropolitana de Curitiba no total dos empregos das indústrias extrativas e de transformação do Paraná apresentou decréscimo de 38,0%, em 1996, para 34,5%, em 2007, enquanto as Mesorregiões Noroeste, Oeste e Sudoeste tornaram-se mais representativas na divisão territorial das ocupações industriais com carteira assinada, delineando uma tendência que, aparentemente, tem continuidade nos anos seguintes a 2007.

Todavia, em contraposição aos aspectos positivos da maior intensidade em mão de obra e da abrangência espacial, os salários e as retiradas na indústria local são inferiores aos registrados em âmbito nacional, o que se deve aos explicitados níveis mais baixos de produtividade, posicionando-se, no eixo Sul-Sudeste, acima apenas do valor verificado para Santa Catarina, cuja indústria também se caracteriza pela intensa aplicação do fator trabalho.

Adicionalmente, como outra peculiaridade da expansão do setor no Estado, pode-se citar a expressiva abertura de estabelecimentos industriais, notadamente de pequeno porte, superando a variação nacional do número de unidades dos ramos extrativos e de transformação.

1.1.1 Agroindústria

Dada sua importância na estrutura industrial do Estado, há que se destacar alguns aspectos do desempenho das atividades agroindustriais. O Paraná manteve sua importância nacional no âmbito da indústria de alimentos e bebidas, mas com desempenho diferenciado entre seus segmentos, sendo proeminentes os avanços dos segmentos de laticínios, açúcar e conservas de vegetais (particularmente, sucos), em contraposição às quedas dos ramos de óleos vegetais, ração animal, torrefação de café e carnes, marcados pela decrescente representatividade paranaense.

Importa ressaltar que o acentuado declínio na participação nacional dos segmentos de fabricação de óleos vegetais e de ração animal está relacionado aos movimentos do sistema agroindustrial da soja no País, ligados à expansão da produção da leguminosa na área de cerrado. Vantagens logísticas proporcionadas pela proximidade em relação à oferta da matéria-prima e outras de ordem tributária relacionada à Lei Kandir (1996) vêm

estimulando a instalação de fábricas de óleos vegetais nessa região de fronteira agrícola, cujos estados são amplamente superavitários no balanço entre a oferta agrícola e a demanda industrial.

No caso de carnes, o recuo na representatividade nacional está relacionado a duas ordens de restrição para o avanço da bovinocultura extensiva: de um lado, o esgotamento de áreas disponíveis e, de outro, a competição por usos decorrente da expansão de algumas lavouras, a exemplo da cana-de-açúcar. O problema da limitação por área, como será visto na seção 3, poderia ser, em parte, reduzido por meio de mudanças no padrão de manejo das pastagens e aumento da taxa de lotação¹. Por outro lado, a pujança estadual na atividade avícola tornou o Paraná responsável por 25% do total de abates de aves, em 2009, assegurando-lhe a liderança entre os estados brasileiros.

Dentre as atividades agroindustriais não-alimentares merece destaque o recuo acentuado da indústria do fumo, decorrente do fechamento, no final dos anos 90, de unidade multinacional instalada em Curitiba. Já o peso do Estado no valor agregado da indústria brasileira de base florestal foi pouco oscilante: no caso da fabricação de bens madeireiros, a participação do Paraná vem girando ao redor de 25%, e na produção de papel e celulose vem se mantendo no patamar de 10%, desde o início da década. Em relação à produção de álcool, o Paraná vem mantendo seu peso em torno de 8%, na década.

Em suma, o crescimento industrial paranaense foi marcado, entre outros movimentos, pela considerável geração de empregos, pela desconcentração regional das novas ocupações e pela participação relevante dos pequenos empreendimentos, havendo, especificamente em termos de adição de valor, grande contribuição das atividades preponderantemente estatais, mais precisamente da petroquímica, em conjunto com a influência de segmentos tradicionais, como o alimentício, ou caracterizados pela presença transnacional, com destaque para o ramo automotivo.

Especificamente no caso das atividades agroindustriais, não obstante as diferenças dos segmentos que a compõem, pode-se afirmar que o Paraná vem mantendo a sua posição de importante produtor agroindustrial, o que denota razoáveis condições de competitividade. Mas, há fatores de ameaça à continuidade do dinamismo estadual, representados principalmente pela possibilidade de restrição futura à oferta primária, devido à diminuta disponibilidade de novos espaços para a exploração agropecuária, o que é considerado pelas organizações agroindustriais em processos decisórios de investimento, dada a imprescindibilidade da obtenção de ganhos de escala pelas firmas do setor.

Além disso, são reais os riscos de estagnação em caso de insuficiente incorporação à base produtiva de atividades industriais caracterizadas por uma maior adição de valor, tornando preponderantes no agronegócio estadual os segmentos dedicados apenas às primeiras etapas

¹ Em termos gerais, a taxa de lotação é definida como o número de animais por unidade de área, em um determinado período.

de processamento. Nesse sentido, sem deixar de reconhecer os avanços qualitativos recentes, verifica-se que a relação VTI/VBPI da indústria paranaense de alimentos, indicador do grau de agregação de valor, atingiu 33,0% no ano de 2007, abaixo dos 36,2% referentes à média nacional, puxada principalmente pela agroindústria paulista, o que indica margem para o adensamento produtivo do agronegócio do Estado.

1.2 SERVIÇOS

A dinâmica econômica dos países experimenta, no longo prazo, um processo de transformação estrutural, pelo qual a geração de renda e emprego se desloca setorialmente, inicialmente da agricultura para a indústria, passando, na sequência, a ser determinada pelo avanço do setor de serviços. Esse processo apresenta particularidades associadas às trajetórias históricas e ao nível de desenvolvimento dos países. Ressalte-se que este processo vem sendo dinamizado pelos avanços das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e pelas mudanças na organização e nos processos produtivos.

No Paraná, este processo de transformação estrutural se acentuou a partir dos anos 1970, com a intensificação da industrialização e da urbanização. Na presente década, o setor de serviços ampliou sua participação na geração de renda no Estado, passando de 60,3%, em 2002, para 63,9%, em 2008.

O crescimento acumulado dos serviços foi de 25,4%, no período de 2003 a 2008, sendo o único setor de atividade a obter taxa de expansão positiva em todos os anos. Isso decorre das características de algumas atividades que compõem os serviços, a exemplo da administração pública, cuja dinâmica é influenciada pelo crescimento da população, pelo número de funcionários públicos e pela ampliação dos gastos em saúde, educação e segurança, entre outros, apresentando maior estabilidade em termos conjunturais.

A tabela 5 apresenta o crescimento real das atividades que compõem os serviços, conforme classificação das contas regionais do IBGE. Quatro delas se destacaram por apresentar crescimento acumulado acima da média do setor, mesmo quando apresentando oscilações conjunturais: Comércio e serviços de manutenção e reparação; Serviços de alojamento e alimentação; Intermediação financeira, seguro e previdência complementar; e, Serviços prestados às empresas.

TABELA 5 - VARIAÇÃO ACUMULADA E TAXAS REAIS DE CRESCIMENTO DO PIB DAS ATIVIDADES QUE COMPÕEM O SEGMENTO DE SERVIÇOS NA ECONOMIA PARANAENSE -2003-2008

ATIVIDADES	VARIAÇÃO EM VOLUME DO VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS (%)						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Varição Acumulada
Comércio e serviços de manutenção e reparação	3,97	10,10	-0,32	4,85	6,62	1,62	29,63
Serviços de alojamento e alimentação	6,59	3,70	3,76	7,75	3,68	1,48	30,02
Transportes, armazenagem e correio	0,40	8,41	0,83	-3,04	10,51	6,52	25,26
Serviços de informação	-0,10	2,50	2,19	0,57	6,85	8,11	21,58
Intermediação financeira, seguros e previdência	-0,45	3,93	3,21	4,46	16,29	11,92	45,18
Serviços prestados às famílias e associativos	6,45	0,53	3,56	-0,24	-0,98	-2,95	6,23
Serviços prestados às empresas	4,01	6,17	4,99	1,11	9,57	6,21	36,43
Atividades imobiliárias e aluguel	2,70	4,25	3,90	2,37	5,57	2,72	23,49
Administração, saúde e educação públicas	3,37	2,26	0,25	4,17	1,51	0,90	13,06
Saúde e educação mercantis	2,57	8,24	2,42	3,08	3,80	-1,07	20,35
Serviços domésticos	-2,42	4,78	-3,24	-0,83	5,48	-1,29	2,16
Serviços	2,68	5,90	1,54	2,84	6,69	3,50	25,38

FONTES: IBGE - Contas Regionais do Brasil, IPARDES

O setor financeiro foi o que apresentou o maior incremento acumulado no período (45,2%), resultado, em muito, derivado da performance observada nos anos de 2007 e 2008, e favorecido pela forte expansão, nestes anos, do PIB paranaense.

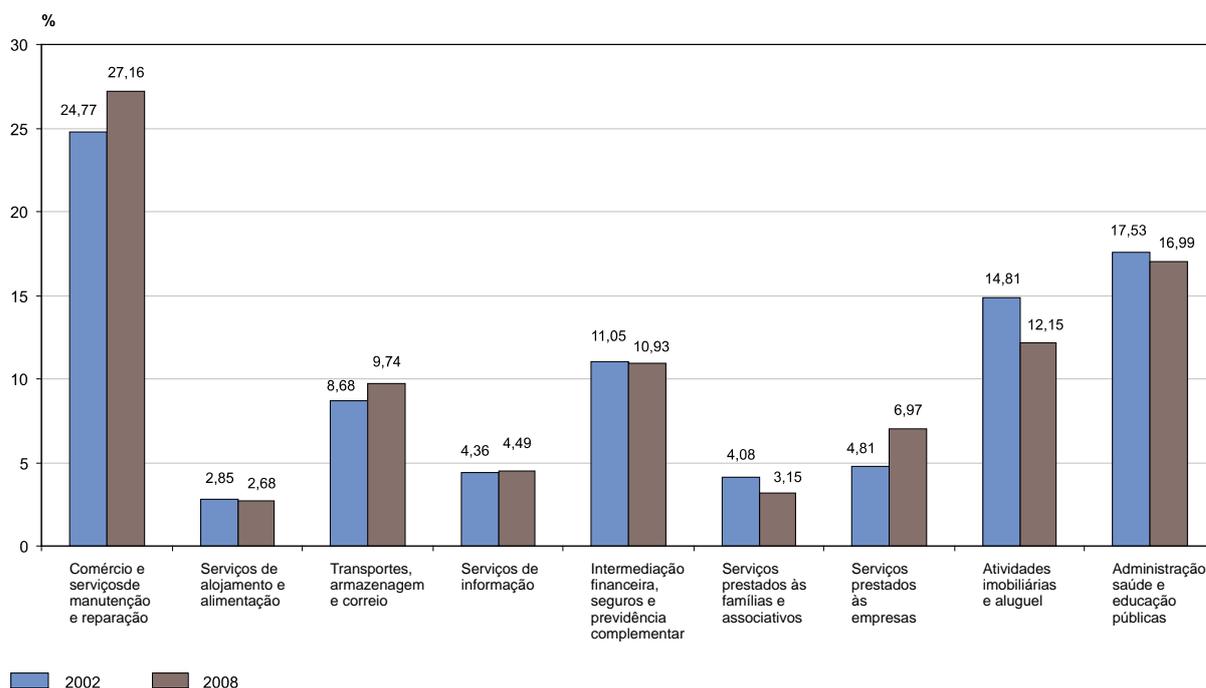
A atividade Comércio e serviços de manutenção e reparação, que possui a maior participação no valor adicionado do setor, fechou o período com crescimento acumulado de 29,6%. As outras duas atividades com desempenho superior à média do setor registraram crescimento acumulado de 36,4%, no caso dos serviços prestados às empresas, e 25,3%, no caso de transportes, armazenagem e correio.

Outras atividades são menos influenciadas pelo desempenho geral da economia, obtendo-se taxas mais estáveis de crescimento, como as atividades Imobiliárias e aluguel; Saúde e educação mercantis; e, Administração, saúde e educação públicas.

O gráfico 1 apresenta a participação de cada atividade no total do valor adicionado pelos serviços. O segmento do comércio ampliou sua participação de 24,8%, em 2002, para 27,2%, em 2008, um ganho de 2,4 pontos percentuais.

Outras atividades com expressiva participação no valor adicionado dos serviços são as Imobiliárias e aluguel e aquelas relacionadas à Administração, saúde e educação públicas. Juntas com o comércio, elas representam 56,3% do valor adicionado do setor de Serviços. Destacam-se, também, as Atividades financeiras e as de Transportes, armazenagem e correio, com participações ao redor de 10%, estas últimas influenciadas pelo desempenho da produção agropecuária e industrial estadual. Há que se destacar, ainda, o aumento dos serviços prestados às empresas, cuja participação foi ampliada para 7,0% do total do terciário.

GRAFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES NO VALOR ADICIONADO DO SETOR DE SERVIÇOS - PARANÁ - 2002-2008



FONTE: IBGE - Contas Regionais do Brasil

Os serviços, além de sua participação na geração de renda, têm um importante papel na geração de ocupações no Paraná, particularmente quando se consideram as ocupações não agrícolas. No período 2002-2008, os serviços foram responsáveis por 71,2% do incremento das ocupações não-agrícolas, gerando 508 mil postos de trabalho. Diferentemente do verificado na década anterior, esse crescimento se deu fundamentalmente a partir da expansão do assalariamento formal, sendo que 83% dos 508 mil postos de trabalho gerados pelo setor foram formais. Cabe destacar, ainda, que de cada 100 empregos formais gerados no Estado, neste período, o setor de serviços participou com 69 deles.

1.3 AGROPECUÁRIA

A agropecuária paranaense sofreu transformações importantes ao longo das últimas décadas, em razão da abertura comercial, da exaustão dos tradicionais instrumentos de financiamento da atividade, amparados em recursos públicos, e da crescente participação do País como fornecedor global de alimentos. Em paralelo, a ampliação da fronteira agrícola, avançando principalmente nas porções centrais e setentrionais do território nacional, a continuidade do progresso tecnológico e a influência ascendente dos grandes grupos empresariais como indutores de mudanças produtivas e ocupacionais, por meio de uma maior coordenação entre os proprietários rurais e os agentes agroindustriais, impuseram alterações ao ambiente no qual está inserido o setor primário estadual, assim como os segmentos manufatureiros diretamente articulados à agropecuária.

No período de 1997 a 2007, a participação do Paraná na renda gerada pela agropecuária brasileira apresentou reduzida oscilação, variando entre 8,8% e 11,6% do valor adicionado setorial (tabela 6), percentuais que poderiam ser ainda mais próximos não fosse a forte interferência de fatores extraordinários, representados pelas intensas estiagens, nos resultados da produção agrícola no biênio 2005-2006, o que levou a um declínio do peso estadual nos mencionados exercícios.

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO VALOR ADICIONADO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA - 1997-2007

ANO	PARTICIPAÇÃO (%)	ANO	PARTICIPAÇÃO (%)
1997	10,2	2003	11,6
1998	10,2	2004	10,8
1999	10,4	2005	8,9
2000	9,6	2006	8,8
2001	9,0	2007	9,5
2002	9,8		

FONTE: IBGE - Contas Regionais do Brasil

A reduzida flutuação da representatividade paranaense na produção nacional é confirmada pelos dados de receita bruta da agricultura² (IBGE), uma vez que o desempenho médio nos quinquênios 1995-1999 e 2004-2008 variou de 12,9% para 13,7%. É interessante observar que esse pequeno avanço se contrapõe às participações declinantes de outros tradicionais produtores agrícolas, como São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujas quedas dos pesos relativos estão diretamente relacionadas ao crescimento pronunciado dos estados do Centro-Oeste, sobressaindo Mato Grosso e Goiás.

Portanto, não obstante as mudanças na distribuição regional da renda do setor primário brasileiro, com aumento significativo da representatividade da área dos cerrados, o Estado do Paraná vem preservando seu espaço econômico, o que se deve às alterações na estrutura da produção. A performance paranaense relaciona-se ao significativo incremento na participação estadual no segmento da silvicultura e à manutenção da participação nas lavouras temporárias, em que pese a redução verificada no caso das lavouras permanentes.

Em um exame mais detalhado, verifica-se que o dinamismo do Paraná na silvicultura derivou principalmente da elevação expressiva do valor da produção da madeira em tora, enquanto as receitas geradas pelas culturas temporárias foram impulsionadas, em grande medida, pela soja. Por outro lado, a trajetória descendente da participação do Estado no ramo das lavouras permanentes decorreu do menor faturamento da cafeicultura, havendo ainda influência negativa de alguns segmentos da fruticultura.

Corroborando a relevância da soja e da madeira como diferenciais dinâmicos, percebe-se, na tabela 7, a contribuição relevante que esses produtos, acrescidos do milho, tiveram para o aumento real de 43,7% do valor da produção vegetal, nos quinquênios considerados.

² Esta receita inclui o valor da produção de 31 lavouras temporárias, 33 permanentes, além da silvicultura.

TABELA 7 - TAXA REAL DE CRESCIMENTO DO VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA E DA SILVICULTURA - PARANÁ - QUINQUÊNIOS 1995-1999 E 2004-2008

PRODUTO	VALOR DA PRODUÇÃO	
	Taxa Real (%) ⁽¹⁾	Composição da Taxa
Soja	66,1	20,3
Milho	40,2	8,2
Madeira em tora	173,6	7,9
Trigo	62,0	3,2
Fumo	123,7	2,8
Cana-de-açúcar	33,1	2,5
Feijão	27,5	1,5
Mandioca	41,2	1,3
Lenha	164,8	0,7
Tomate	76,9	0,6
Outros produtos	-26,9	-5,2
TOTAL	43,7	43,7

FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Quinquênio 2004-2008 em comparação a 1995-1999. Para o cálculo da taxa real, foi utilizado o IGP-DI da FGV.

Ademais, a ampliação do faturamento agrícola estadual refletiu os bons desempenhos do trigo, cana-de-açúcar e fumo, todos com destacada contribuição positiva para a taxa global de crescimento da receita bruta. Em relação a esse último produto, a despeito do seu baixo peso na estrutura do valor da produção regional, o notável aumento real de 123,7% do faturamento assegurou um acréscimo de 2,8 p.p. na taxa concernente ao conjunto dos bens da agricultura e da silvicultura. Apesar do fechamento, antes mencionado, da principal unidade de beneficiamento de fumo no Estado, a produção paranaense se expandiu atendendo à demanda de unidades industriais localizadas tanto no Paraná quanto nos demais estados da Região Sul, contribuindo para o aumento do número de produtores integrados à agroindústria.³

A propósito, as disparidades entre as taxas de crescimento do valor da produção em nível de produto redundaram em alterações importantes no perfil agrícola, com a soja, a madeira, o trigo e o fumo ampliando sua participação no faturamento setorial. Em trajetória oposta, o milho, a cana-de-açúcar, o feijão, o café e a batata-inglesa passaram a responder por parcelas menores do valor total da produção agrícola (tabela 8).

³ De acordo com o Sindicato da Indústria do Tabaco (Sinditabaco), o contingente de fumicultores, no Estado, avançou 53,7% na presente década, passando de 20,1 mil na safra 2000/2001 para 30,9 mil, na temporada 2008/2009.

TABELA 8 - ESTRUTURA DO VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA E DA SILVICULTURA - PARANÁ - QUINQUÊNIOS 1995-1999 E 2004-2008

PRODUTO	PARTICIPAÇÃO (%) ⁽¹⁾	
	Quinquênio 1995-1999	Quinquênio 2004-2008
Soja	30,7	35,5
Milho	20,4	19,9
Madeira em tora	4,5	8,6
Cana-de-açúcar	7,5	6,9
Trigo	5,1	5,8
Feijão	5,6	5,0
Fumo	2,2	3,5
Mandioca	3,2	3,2
Café	6,5	2,5
Batata-inglesa	3,5	1,7
Tomate	0,8	1,0
Lenha	0,4	0,7
Uva	1,2	0,7
Arroz	0,9	0,5
Banana	0,4	0,5
Outros produtos	6,9	4,0
TOTAL	100,0	100,0

FONTES: IBGE

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Para o cálculo das participações em quinquênios, foram atualizados os valores anuais correntes pelo IGP-DI.

As mudanças na estrutura do faturamento da atividade primária paranaense incluíram também o avanço da concentração, com as cinco principais *commodities* da pauta da agricultura e da silvicultura ampliando sua participação para 76,7% do total do valor da produção, no quinquênio 2004-2008. Esse conjunto envolve soja, milho, cana-de-açúcar, madeira e trigo, estes dois últimos em substituição ao feijão e ao café, que integravam o grupo dos cinco principais produtos no quinquênio 1995-1999.

Essas mudanças refletem a ampliação do foco comercial do setor agrícola estadual, privilegiando os segmentos que têm como características a inserção no mercado externo, a reduzida dependência em relação ao crédito oficial, a opção do financiamento privado e a forte articulação com as atividades agroindustriais, principalmente com aquelas em que predominam as grandes corporações, delineando um movimento que inclui ainda a diminuição do peso econômico dos ramos voltados preponderantemente ao atendimento do consumo doméstico, dependentes dos instrumentos creditícios governamentais e com baixa coordenação entre os produtores de matérias-primas e a indústria.

Tais mudanças são igualmente observáveis na pecuária, uma vez que os melhores indicadores de desempenho vêm sendo registrados pelas atividades que apresentam alto coeficiente de exportação e/ou que mantêm laços estreitos com agentes fabris. Prova disso é que a produção estadual de leite progrediu 79,4% de 1995 a 2008 (tabela 9), refletindo, entre outros fatores, as relações mais sólidas entre os fabricantes de derivados lácteos e os

produtores rurais, o que inclui, como ações dos atores agroindustriais, o melhoramento genético dos rebanhos, o fornecimento de suplementação alimentar, a assistência sanitária e o financiamento dos equipamentos necessários ao cumprimento dos padrões de qualidade pelos pecuaristas, medidas que resultaram em importantes ganhos de produtividade. Paralelamente, destaca-se, na década, a implementação de algumas políticas públicas como os programas Apoio à Pecuária Leiteira; Leite das Crianças, e Leite Paraná, que estimularam os investimentos feitos pela cadeia produtiva do leite.

TABELA 9 - EFETIVO DOS REBANHOS E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - PARANÁ - 1995-2008

ITEM	RESULTADO ABSOLUTO		VARIÇÃO (%)
	1995	2008	
Efetivo dos rebanhos (cabeças) ⁽¹⁾			
Bovinos	9.389.200	9.585.600	2,1
Suínos	3.929.536	4.631.600	17,9
Aves ⁽²⁾	110.893.243	237.876.028	114,5
Produtos de origem animal			
Leite (mil litros)	1.576.541	2.827.931	79,4
Ovos de galinha (mil dúzias)	247.781	323.348	30,5

FONTE: IBGE - Produção da Pecuária Municipal

(1) Posição em 31 de dezembro.

(2) Não inclui codornas.

Como outro exemplo, pode-se citar a avicultura, cujo efetivo saltou de 110,9 milhões de cabeças, em 1995, para 237,9 milhões, em 2008, com números referentes às posições em 31 de dezembro de cada ano, colocando a carne de frango como o segundo produto de exportação do Estado, suplantada somente pela soja em grão. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, no Paraná, 14 mil estabelecimentos rurais mantêm criações de aves integradas à indústria, sendo preponderantes as propriedades com menos de 50 hectares.

1.3.1 Ruralidade e agricultura familiar

No caso paranaense, a importância da agropecuária, além de econômica, conjuga-se a duas outras questões relevantes: a da agricultura familiar e a do espaço rural. A despeito dos indicadores sociais apontarem avanços sociais no Estado, a superação das desigualdades continua sendo um desafio, e, dentre os desiguais, os ruris⁴ sobressaem tanto por um certo grau da defasagem no acesso a bens e serviços, quanto pela tímida incorporação dessa população nas estratégias de desenvolvimento regional.

⁴ Para todos aqueles que vivem no *ruris* (espaço rural), independente da zona do domicílio ou da atividade exercida, contrapondo-se a *urbis*.

No Paraná, o uso e a ocupação do solo permanecem fortemente vinculados ao setor primário da economia. O Estado ocupa uma área de 199.880 km² e apresenta densidade média demográfica (2010) de 52,3 habitantes por km², com uma população total de 10.439.601 habitantes distribuída por 399 municípios e grau de urbanização na ordem de 85,3%. Estes dados agregados revelam discrepâncias entre a densidade demográfica e o grau de urbanização, apontando os limites do conceito de urbanização adotado nas estatísticas oficiais para a compreensão da dinâmica econômica e social dos pequenos municípios; na realidade, as regiões adensadas, tipicamente urbanas, são localizadas.

A noção de ruralidade pretende dar conta dessa diferenciação espacial, ao considerar não apenas o *locus* de realização da produção primária, mas também o ambiente das relações sociais e das atividades complementares que se realizam nas porções “urbanas” dos pequenos municípios. No Paraná, quase 80% dos municípios possuem menos de 20 mil habitantes e densidade inferior a 80 habitantes/km². Esta noção de ruralidade, por abarcar os pequenos municípios, é inclusiva. Nessa medida, permite que se façam investimento e políticas públicas de forma ampla, porém, referenciada por esse espaço físico diferenciado historicamente (ocupação do território, posse e uso da terra etc.).

Neste sentido, é importante incluir na discussão dos planos de desenvolvimento a integração do espaço rural, enquanto uma realidade multifacetada e na qual a agricultura familiar (AF) é a grande responsável pelo rural “com gente”.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o Paraná registrou um pequeno aumento no número absoluto de estabelecimentos na comparação 1996 e 2006, o que pode indicar uma acomodação na estrutura fundiária. De 371.051 estabelecimentos existentes no Paraná, 302.907 são caracterizados como da agricultura familiar (AF), representando mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários (mapa 1). Dados do censo mostram que mais de 40% do valor bruto da produção da agropecuária (VBP-A) do Paraná vem da agricultura familiar, sendo que na Mesorregião Sudoeste este percentual é de 65,9%. Essa participação da agricultura familiar no conjunto da agropecuária se dá de várias formas, e com diferentes níveis de inserção no mercado.

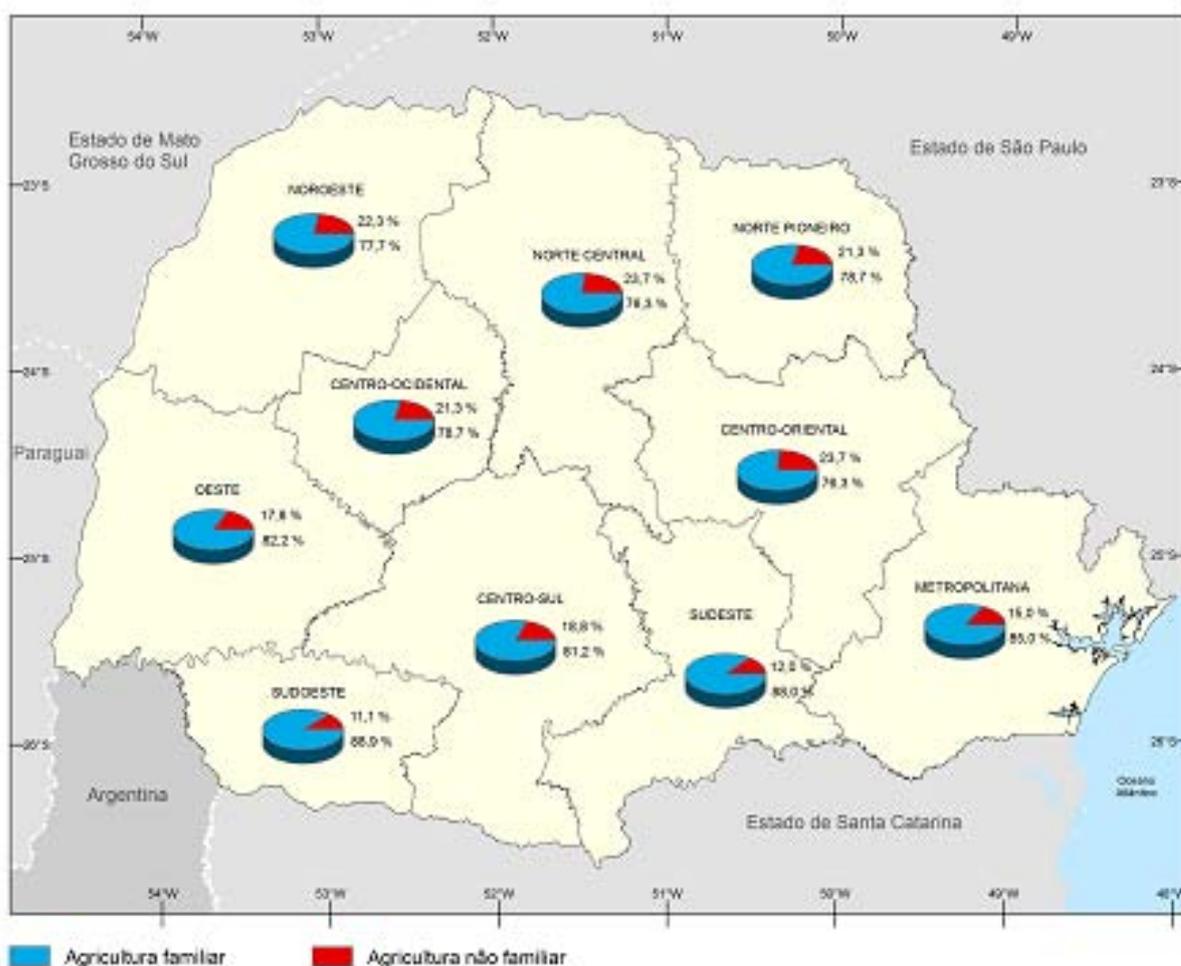
Os estabelecimentos da agricultura familiar respondem por quase 70% do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários da AF, com destaque para a Mesorregião Sudeste, onde esta participação atinge 85%.

Outro ponto a ser ressaltado diz respeito ao fato de a produção da agricultura familiar voltar-se mais para o abastecimento interno, assumindo papel primordial na produção de alimentos, particularmente na produção de aves, suínos, mandioca e feijão. No caso do leite e da produção de aves e de suínos, por exemplo, pelo menos 2/3 da produção estadual, em 2006, vieram da agricultura familiar (tabela 10). Outro produto relevante da pauta paranaense é o fumo, cultura predominantemente desenvolvida por produtores familiares. Essa relação com a AF é determinada pelo processo produtivo intenso em trabalho.

O conjunto dos dados relativos às diferentes modalidades de produção integrada aponta para a importância desse sistema para os estabelecimentos da agricultura familiar. Se, por um lado, essa relação com as indústrias possibilita a inserção do produtor no mercado, é preciso, também, considerar a tendência à especialização produtiva, que amplia a dependência desses produtores das estratégias empresariais, das políticas setoriais e da oscilação dos mercados.

Os dados relativos à receita dos estabelecimentos indicam que a produção vegetal e animal continuam a ser uma das principais fontes de receita dos estabelecimentos da AF. Quanto à diversificação das fontes, percebe-se uma presença ainda tímida de outras fontes, como turismo rural, prestação de serviços e outras atividades não-agrícolas, notadamente do setor serviços, na geração de renda complementar. Nota-se, ainda, que cerca de 30% dos estabelecimentos da AF possuem outras rendas que não sejam da produção gerada no estabelecimento, sendo a aposentadoria e a pensão as modalidades mais significativas.

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA NÃO-FAMILIAR NO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2006



FONTE: IBGE - Censo Demográfico

TABELA 10 - PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO AS VARIÁVEIS SELECIONADAS - PARANÁ - 2006

PRODUTOS SELECIONADOS	AGRICULTURA FAMILIAR		TOTAL	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Agricultura				
Feijão-preto				
Estabelecimentos	51.618	88,3	58.489	100,0
Quantidade produzida (kg)	250.633.989	75,5	332.168.163	100,0
Área colhida (ha)	169.608	76,8	220.762	100,0
Mandioca				
Estabelecimentos	39.356	86,4	45.533	100,0
Quantidade produzida (kg)	2.304.220.615	81,0	2.846.420.419	100,0
Área colhida (ha)	193.862	83,5	232.141	100,0
Milho em grão				
Estabelecimentos	137.447	84,0	163.571	100,0
Quantidade produzida (kg)	4.019.969.405	43,7	9.195.417.302	100,0
Área colhida (ha)	982.967	48,4	2.028.902	100,0
Soja				
Estabelecimentos	60.516	75,7	79.967	100,0
Quantidade produzida (kg)	2.622.856.487	31,2	8.402.608.774	100,0
Área colhida (ha)	1.022.754	32,5	3.151.237	100,0
Pecuária				
Bovinos				
Estabelecimentos	171.618	81,2	211.366	100,0
Número de cabeças	3.161.405	34,9	9.053.801	100,0
Leite de vaca				
Estabelecimentos	100.845	84,3	119.563	100,0
Quantidade produzida (litros)	1.227.212.421	67,6	1.816.426.121	100,0
Aves				
Estabelecimentos	164.827	85,1	193.694	100,0
Número de cabeças	190.602.331	66,5	286.566.792	100,0
Ovos de galinha (dz)	69.938.473	15,9	439.332.519	100,0
Suínos				
Estabelecimentos	115.252	85,1	135.477	100,0
Número de cabeças	2.840.213	62,2	4.569.275	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (2006)

Por essas características apontadas, faz-se necessário assumir o papel social que o rural cumpre no desenvolvimento com tudo o que nele existe de mais particular, mas não em oposição ao urbano e sim na sua interação. Integrar através da estrutura de serviços – escola, posto de saúde, instituição religiosa, clube, mercearia, posto de combustíveis, lanchonetes, *lan house* etc. Pois, à medida que os espaços rurais vão sendo dotados de infraestrutura e serviços, as escolhas são ampliadas e a população passa a ter a opção de permanecer no meio rural.

Trata-se de repensar o contexto dado pela inter-relação entre os pequenos e médios municípios que, numa perspectiva inclusiva, abarca as zonas urbana e rural, distritos, bairros e comunidades. Essa perspectiva vai na direção da complementaridade e da soma de esforços para melhor atender à população e criar oportunidades de ocupação, emprego e renda.

1.4 OCUPAÇÃO E EMPREGO

Seguindo uma tendência nacional, houve, na presente década, uma intensificação do ritmo de geração de trabalho no Paraná. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que cobre o conjunto de ocupações⁵, no período 2002-2008 o número de ocupados no Estado foi ampliado em 577,4 mil trabalhadores, atingindo-se um estoque, em 2008, de 5,6 milhões de pessoas ocupadas (tabela 11).

Dado o peso ainda expressivo das ocupações agrícolas no Estado, faz-se necessário diferenciar a dinâmica deste tipo de ocupação. Estas, seguindo uma tendência que remonta aos anos 1970, continuam sendo reduzidas, tendo sido eliminados cerca de 136 mil postos de trabalho no período em foco. Mesmo assim, o trabalho agrícola representava, em 2008, 17% do total das ocupações no Paraná.

TABELA 11 - NÚMERO DE OCUPADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE - PARANÁ - 2002-2008

SETOR	NÚMERO		VARIAÇÃO 2002-2008		CONTRIBUIÇÃO PARA O INCREMENTO DAS OCUPAÇÕES NÃO- AGRÍCOLAS (%)	DISTRIBUIÇÃO (%)	
	2002	2008	Abs.	%		2002	2008
Agrícolas	1.085.704	949.314	-136.390	-12,6	-	21,7	17,0
Não-agrícolas	3.911.393	4.625.174	713.781	18,2	100,0	78,3	83,0
Indústria	1.105.520	1.304.752	199.232	18,0	27,9	22,1	23,4
Indústria de transformação	705.999	859.863	153.864	21,8	21,6	14,1	15,4
Construção Civil	381.551	411.767	30.216	7,9	4,2	7,6	7,4
Serviços	2.804.292	3.312.730	508.438	18,1	71,2	56,1	59,4
Comércio e serv. de manutenção e reparação	875.238	1.009.562	134.324	15,3	18,8	17,5	18,1
Serviços	1.929.054	2.303.168	374.114	19,4	52,4	38,6	41,3
Atividades mal definidas	1.581	7.692	6.111	386,5	0,9	0,0	0,1
TOTAL	4.997.097	5.574.488	577.391	11,6	-	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Por outro lado, o incremento das ocupações não-agrícolas foi superior a 713 mil, uma variação de 18,2% no período. Setorialmente, a maior variação relativa (21,8%) foi apresentada pela indústria de transformação, responsável pela geração de 154 mil postos de trabalho, expressão da recuperação recente desta atividade no âmbito da economia estadual.

Os serviços foram responsáveis pela maior parcela das ocupações geradas no Estado, representando 71,2% do incremento verificado nas ocupações não-agrícolas, entre 2002 e 2008; neste setor foram gerados 508 mil empregos, 134 mil pelo comércio e 374 mil pelos demais serviços. Em 2008, de cada 100 ocupações existentes no Estado, inclusive as agrícolas, 59 eram geradas no terciário.

⁵ O termo 'ocupação' é utilizado para se referir ao conjunto de relações de trabalho, enquanto o termo 'emprego' será utilizado apenas para designar as relações de assalariamento, formais ou não.

Como consequência deste desempenho, houve uma expressiva queda na taxa de desemprego, que foi reduzida de 6,9%, em 2002, para 4,6%, em 2008, com o estoque de desocupados reduzindo-se de 373 mil para 268 mil pessoas. A queda na taxa de desemprego foi mais acentuada entre as pessoas com 40 ou mais anos de idade, para as quais a taxa situava-se em 1,7%, em 2008.

Diferentemente dos anos 1990, o crescimento da ocupação se deu fundamentalmente com base no emprego formal (empregados com carteira de trabalho assinada, estatutários e militares). Este tipo de emprego apresentou, no período em foco, variação de 31,7%, quase o triplo do crescimento verificado para o conjunto da ocupação (11,6%), contribuindo para aumentar a taxa de formalização no Estado. Em 2008, 2,6 milhões de postos de trabalho eram formais, o que representa 47,2% do total dos ocupados no Paraná; considerando-se apenas as ocupações não-agrícolas, a taxa de formalização se eleva para 54,9%.

As ocupações agrícolas envolvem quase 1 milhão de pessoas no Estado, sendo que a redução observada se deve basicamente à evolução negativa do contingente de trabalhadores não-remunerados, geralmente membros da família que auxiliam o produtor. Por outro lado, o número de produtores, considerando-se a soma de conta-própria e empregadores, manteve-se relativamente estável no período, confirmando, de certo modo, o resultado do Censo Agropecuário, que aponta certa estabilização no número de estabelecimentos agropecuários no Estado.

A maior parte das ocupações (72%, em 2008) estava relacionada à produção familiar. Porém, aumentou a participação do assalariamento no total das ocupações agrícolas, com importante incremento, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do emprego formal, cujo estoque já supera 100 mil postos de trabalho, crescimento este associado à dinâmica do agronegócio, com destaque às atividades ligadas à produção de soja e de cana-de-açúcar, ao reflorestamento e à criação de bovinos e de aves.

No caso da indústria, setor que teve o maior incremento relativo da ocupação, sua dinâmica foi fortemente influenciada pela expansão, no Estado, de algumas atividades intensivas em trabalho, como são os casos dos segmentos de alimentos, vestuário e produtos de metal. O incremento destas atividades foi acompanhado por um movimento de desconcentração espacial dos novos postos de trabalho, privilegiando não somente as áreas de maior adensamento industrial, como também os territórios não polarizados por aglomerados metropolitanos.

A contrapartida da expansão do emprego industrial em atividades caracterizadas por menor produtividade do trabalho é que o nível de remuneração (salários e retiradas) na indústria paranaense é um dos mais baixos no eixo Sul-Sudeste.

O setor de serviços, como apontado acima, teve um papel relevante na geração de ocupações no período recente, com um desempenho diferenciado relativamente à década anterior, quando ele foi o principal absorvedor do excedente de mão de obra decorrente dos ajustes econômicos dos anos 1990, gerando basicamente ocupações informais.

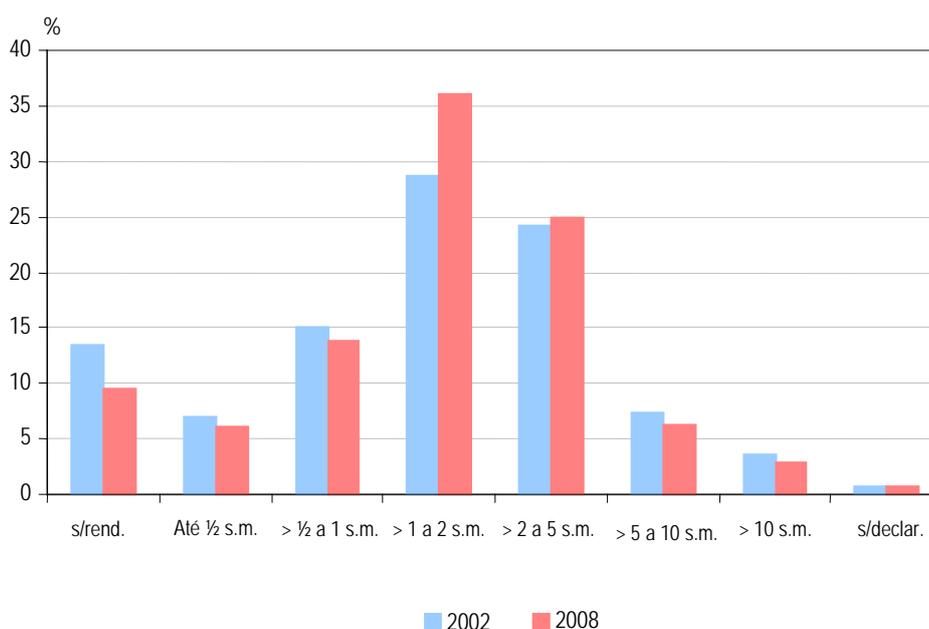
Nos anos 2000, dois grupos de atividade se destacam no setor de serviços como responsáveis pelo incremento da ocupação. As atividades de apoio à produção apresentaram o maior incremento relativo (39,2%) e absoluto (208 mil postos) no setor. A performance deste grupo está relacionada ao avanço da terceirização de atividades na economia estadual, vinculada à retomada do crescimento nos setores agropecuário e industrial.

O grupo serviços de natureza pública foi o segundo principal gerador de novos postos de trabalho (144 mil); em 2008, o grupo era responsável por 22,8% das ocupações do setor de serviços no Estado. É interessante destacar que o crescimento da ocupação neste grupo se deu basicamente nas atividades de educação e saúde, possivelmente relacionadas à expansão das políticas sociais nessas áreas e, também, ao avanço da prestação privada deste tipo de serviço.

O comércio, mesmo com um incremento relativo menor do que o observado nos dois grupos acima, mantém-se como o principal demandante de mão de obra no setor de serviços (30,5% do total, em 2008), tendo gerado 134 mil postos de trabalho, entre 2002 e 2008.

Dois movimentos caracterizaram a estrutura de rendimentos do trabalho no período em foco: por um lado, reduziu-se a participação das classes de maior rendimento (5 ou mais salários mínimos), a qual passou de 10,9%, em 2002, para 9,1%, em 2008; por outro lado, houve uma redução expressiva dos trabalhadores que não tinham remuneração, bem como daqueles que ganhavam até um salário mínimo, categorias que, em 2002, representavam 35,5% dos trabalhadores no Estado, passando a 29,3%, em 2008.

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL NO TRABALHO PRINCIPAL - PARANÁ - 2002/2008



FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Como resultado destes dois movimentos, ampliou-se a participação dos trabalhadores cujo rendimento situava-se entre um e cinco salários, especialmente aqueles que percebem entre um e dois salários, um patamar de remuneração baixo. Entretanto, não se pode desconsiderar a continuidade, neste período, da política de valorização do salário mínimo, que atinge de modo particular esta categoria. Conjugado ao crescimento do número de ocupados, o aumento do salário mínimo tem contribuído para o crescimento da massa salarial no Estado.

1.5 CRESCIMENTO E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE

A expansão produtiva da economia paranaense vem pressionando os sistemas de transportes. Tanto é assim que indicadores ligados à questão da movimentação de mercadorias e pessoas confirmam as ascendentes demandas por serviços de deslocamento.

É incontestável que as maiores demandas logísticas são geradas pelo traslado da produção da agricultura, sendo mais expressivas as pressões relacionadas aos produtos exportáveis. O conjunto das exportações paranaenses, em 2009, correspondeu a 11,7% do PIB do Estado e teve um incremento de volume exportado de 79% entre 1996 e 2007.

O transporte rodoviário é o único modal que permite o acesso a todos os municípios paranaenses, garantindo o fluxo de mercadorias e pessoas em todo o Estado. Porém, sabe-se que uma inserção forte no comércio exterior não condiz com um atendimento quase que exclusivo, por parte de uma única estrutura de transporte, incapaz de ofertar todos os serviços demandados por uma economia como a paranaense. Portanto, a diversificação do escoamento de produção pela integração dos diversos modais (hidroviário, ferroviário, aeroviário, portuário e rodoviário) parece ser a direção nos investimentos de infraestrutura.

De acordo com o Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT), identificam-se, no Paraná, dois vetores econômicos que apontam para necessidades distintas em relação à expansão da infraestrutura. Enquanto a dinâmica econômica vinculada à indústria automotiva e a outros segmentos manufatureiros de alta adição de valor exerce uma grande pressão no sentido Norte-Sul, atravessando a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), o agronegócio exerce maior pressão no sentido Oeste-Leste, ligando as diversas regiões paranaenses ao Porto de Paranaguá.

O referido porto apresenta gargalos, representados pelas dificuldades de acesso, pelas limitações para o desenvolvimento da multimodalidade e pela demora no tempo de embarque, entre outras restrições. Também é certo que o Porto de Paranaguá, assim como as vias rodoviárias e ferroviárias a ele ligadas, desempenham papel crucial no escoamento das exportações do Estado, não obstante o recente acirramento concorrencial imposto por outras unidades do sistema portuário brasileiro. Sendo assim, não há dúvida quanto à

imprescindibilidade dos investimentos nos sistemas de transportes que viabilizam as exportações por meio de Paranaguá.

São desejáveis também inversões nas ligações rodoviárias que possibilitem o envio de bens até as nações vizinhas, com destaque para as do MERCOSUL. O redimensionamento da infraestrutura rodoviária que conecta o País às economias territorialmente limítrofes seria ainda mais necessário em um contexto de intensificação comercial entre os sul-americanos.

Com relação ao potencial de aproveitamento do transporte hidroviário no Estado, ficou-se limitado ao Rio Paraná, tanto em seu curso ao Norte quanto em seu curso ao Sul. Nesse rio, a viabilização do transporte hidroviário em direção ao Sul permitiria o escoamento da produção para o mercado argentino, abrindo mais uma opção de transporte para as exportações brasileiras. Já no sentido Norte seria concretizada a integração com a Hidrovia Tietê-Paraná, com ampla possibilidade na movimentação da diversificada produção da Região Sudeste.

Quanto ao transporte aeroviário, verifica-se que é um dos que mais crescem no País, principalmente em movimento de passageiros. No entanto, não há dúvida quanto à limitação da utilização do transporte aeroviário por alguns segmentos na modalidade de cargas, como as do agronegócio. Assim, parece claro que os maiores beneficiários em nível estadual de uma eventual ampliação/modernização desse modal seriam as empresas produtoras de bens de alto valor adicionado.

Diversos diagnósticos de infraestrutura corretamente apontam gargalos, intensificados no tempo, a serem superados por maciços investimentos.⁶ Para a superação desses obstáculos, serão exigidas, sem sombra de dúvida, medidas fiscais para o aumento das inversões públicas em infraestrutura.

1.6 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I)

O crescente reconhecimento da relevância da atividade ciência, tecnologia e inovação (CT&I) para o crescimento, a competitividade e o desenvolvimento econômico e social dos países e regiões, tanto no âmbito acadêmico como empresarial, coloca esta atividade como uma variável estratégica aos modelos de crescimento e desenvolvimento econômico e uma prioridade nas definições de políticas públicas.

Os recursos investidos em Ciência e Tecnologia (C&T), no Paraná, têm aumentado gradativamente na última década, principalmente a partir de 2004. A análise dos gastos mostra que o Paraná está entre o segundo e o terceiro lugar, entre os estados da federação, em volume de recursos gastos em C&T e na proporção de recursos em relação à sua receita e ao seu PIB, respectivamente, durante a década de 2000.

⁶ Uma sistematização dos projetos relacionados aos vários modais pode ser encontrada na Nota Técnica (SUZUKI JUNIOR, Julio Takeshi; LIMA, Fernando Raphael Ferro de, 2010).

Observa-se que a participação dos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no total dos gastos em CT&I, no Paraná, tem demonstrado um comportamento ascendente.⁷ Em 2000, esta atividade era responsável por 42,2% destes gastos, alcançando, em 2008, uma participação de 69,3%. Em contrapartida, os gastos em Atividades Científicas e Técnicas Correlatas (ACTC) declinaram, representando 57,8% no início do período, chegando, em 2008, em 30,7% dos gastos paranaenses em CT&I. Mais de 80% dos recursos investidos em CT&I no Paraná são aportados pelo próprio Estado, sendo que as transferências do governo federal representam uma parcela mínima destes recursos.

Em parte, isto se deve ao processo de institucionalização da C&T no Paraná e de sua configuração atual. O Paraná se diferencia dos demais estados pela complexidade do seu sistema de ciência e tecnologia: enquanto vários estados da federação criaram Fundos de Amparo à Pesquisa (FAPs) para a operacionalização dos recursos destinados à área, no caso paranaense a opção foi pela criação de duas agências de fomento. A peculiaridade está em que uma delas, a Fundação Araucária, de natureza jurídica privada, gerencia somente 30% dos recursos públicos do Fundo Paraná destinados a C&T.

Em relação aos indicadores de recursos humanos, o Paraná se posiciona entre o quinto e o sétimo lugares. Nota-se que cinco estados são responsáveis por 58% do aumento no número de pesquisadores em todo o País (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná), sendo estes mesmos cinco estados os que concentram mais de 50% dos grupos de pesquisa. Em relação a informações sobre fomento e bolsas do CNPq para as instituições nos estados, verifica-se que o Paraná fica entre o 7º e o 8º lugar na participação dos recursos para estes fins, na série de 1997 a 2008.

Outra característica do sistema se refere ao número considerável de universidades e faculdades públicas estaduais, contrastando com a presença reduzida de universidades federais. Ademais, as novas diretrizes do governo, a partir de 2004, reorientaram as prioridades para a área de C&T, onde o fortalecimento das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) aparecia como principal objetivo. Para tanto, houve um investimento volumoso de recursos, por parte do governo estadual, na reequipação destas universidades.

Também a distribuição espacial evidencia a pulverização das instituições técnico-científicas no Estado, com maior concentração nos principais centros regionais, ampliando, desta forma, os diferenciais de competitividade entre as regiões do Estado no que concerne à captação de novos recursos. Somada a isto, a própria cultura da comunidade científica paranaense pode explicar o pouco uso de recursos federais destinados a C&T pelos programas nacionais, já que a infraestrutura e a base científica não seriam desprezíveis para pleitear mais recursos.

⁷ P&D compreende todo trabalho criativo e sistemático para ampliar a base de conhecimento científico e tecnológico, incluindo pesquisa fundamental, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, ensino de pós-graduação, treinamentos e bolsas de estudo; ACTC são todas as atividades que apoiam diretamente as atividades de P&D.

De acordo com o recente relatório da UNESCO sobre Ciência, a economia brasileira ainda sofre com a falta de pessoas com PhD. Ampliar o número de doutores constitui um desafio tanto para o Brasil quanto para o Paraná. Além disso, há ainda a necessidade de avaliar e possibilitar a inserção de doutores e pesquisadores nas empresas, potencializando o ambiente inovativo e a aproximação entre universidades e empresas.

A capacidade das universidades paranaenses em formar pesquisadores, associada à crescente proatividade de empreendedores e de empresas privadas no campo da P&D, tem colocado novos desafios à área de CT&I, no Estado, exigindo a adequação da institucionalidade para incorporar na agenda pública as demandas decorrentes desta nova realidade.

2 DIMENSÃO SOCIAL

Este item apresenta uma síntese dos principais processos e questões relacionados à dinâmica demográfica e social do Estado na última década.

2.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Os primeiros resultados do Censo Demográfico 2010 apontaram um volume de 10.439.601 habitantes para o Estado do Paraná, o que traduz um crescimento anual de 0,88%, no período 2000-2010, e um grau de urbanização de 85,3% (a população paranaense urbana, em 2010, é de 8.906.442 habitantes).

A população paranaense sofreu um acréscimo de 876 mil pessoas entre 2000 e 2010, bastante inferior à variação observada entre os Censos de 1991 e de 2000 – 1,1 milhão. Se no último decênio do século XX o ritmo de crescimento da população do Estado se deu, em média, a 1,4% a.a., na atual década esta taxa declinou para 0,88% a.a., inferior, inclusive, às taxas observadas nas décadas de 1970 e de 1980, representativas do período de maior emigração estadual e das mais baixas dentre todos os estados brasileiros.

Embora a proporção de pessoas residindo em áreas urbanas seja elevada, é importante considerar que as áreas rurais do Paraná ainda abrigam 1.533.159 de habitantes, um volume considerável de população, quase todo ele vinculado às atividades agrícolas desenvolvidas no Estado.

A taxa de crescimento da população urbana na década atual, 1,35% ao ano, também é inferior à observada nos anos 90, a saber, 2,59% ao ano. Por outro lado, as áreas rurais se esvaziaram mais lentamente entre 2000 e 2010, uma vez que o decréscimo populacional neste período se deu a -1,47% ao ano, enquanto na década anterior foi de -2,60% ao ano.

As mesorregiões que mais contribuíram para o crescimento demográfico entre 2000 e 2010 são a Metropolitana de Curitiba (435.144), Norte Central (208.083) e Oeste

(80.807). Observa-se, no entanto, que a participação da Mesorregião Metropolitana de Curitiba no crescimento absoluto teve uma queda acentuada, passando de 65,8%, no período 1991/2000, para 49,7%, no decênio 2000/2010.

As mesorregiões que apresentaram inversão na tendência de crescimento, entre um decênio e outro, são a Noroeste e a Sudoeste, que reverteram as perdas populacionais observadas entre 1991 e 2000, passando a registrar incrementos positivos entre 2000 e 2010. As Mesorregiões Centro-Occidental e Norte Pioneiro, por seu turno, mantiveram perdas absolutas de população, ainda que em volumes menores (tabela 12).

TABELA 12 - POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO MESORREGIÃO GEOGRÁFICA - PARANÁ - 1991/2000/2010

MESORREGIÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE		
	1991	2000	2010
Meso Noroeste	655.509	641.084	678.472
Meso Centro-Occidental	387.451	346.648	334.254
Meso Norte Central	1.638.677	1.829.068	2.037.151
Meso Norte Pioneiro	555.339	548.190	546.118
Meso Centro-Oriental	547.559	623.356	689.376
Meso Oeste	1.016.481	1.138.582	1.219.389
Meso Sudoeste	478.126	472.626	497.147
Meso Centro-Sul	501.562	533.317	544.370
Meso Sudeste	348.483	377.274	404.867
Meso Metropolitana de Curitiba	2.319.526	3.053.313	3.488.457
PARANÁ	8.448.713	9.563.458	10.439.601

FONTES: IBGE - Censo Demográfico e Contagem da População, IPARDES - BDE

Das três Regiões Metropolitanas oficiais do Estado, as de Curitiba e Maringá experimentaram ritmos de crescimento da população urbana superiores à média do Paraná. Na atual década, a Região Metropolitana de Maringá apresentou uma taxa de crescimento urbano de 1,85% ao ano, a de Curitiba 1,46% ao ano e a de Londrina 1,34% ao ano. Juntas, as três RMs ganharam mais 582 mil habitantes em suas áreas urbanas e, em 2010, foram responsáveis por 2/3 do incremento populacional total do Estado e seus contingentes urbanos representam, atualmente, 47,6% dos moradores em áreas urbanas do Estado.

O número de cidades com mais de 100 mil habitantes em suas áreas urbanas passou de 12 para 15, concentrando hoje 53% da população urbana do Estado. Os novos municípios que passaram a integrar este grupo foram Araucária, Toledo e Arapongas. Importa ressaltar que quase a metade desses municípios integra as regiões metropolitanas do Estado.

As mulheres, que em 2000 já constituíam a maioria da população estadual (50,5%), passaram a representar, em 2010, um percentual ligeiramente maior, 50,9%. Entre 2000 e 2010, o crescimento da população total do Estado foi constituído por 485.060 mulheres e 391.083 homens. Em 2010, da população total, 5.311.098 são do sexo feminino e 5.128.503 do sexo masculino.

É importante notar que o ritmo de crescimento vegetativo estimado para o Paraná, para o primeiro decênio de 2000, está em torno de 1,0% ao ano, fato que indica para o

Estado uma situação atual de saldos migratórios interestaduais praticamente nulos. Os resultados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) dos anos 2000 confirmam essa tendência.

O componente vegetativo do crescimento populacional do Paraná tende a manter um ritmo declinante, uma vez que a fecundidade permanece em seu movimento de redução, devendo manter-se no curto e médio prazo. Por outro lado, o peso da migração interestadual na dinâmica demográfica do Estado depende de um espectro de fatores bem mais amplo, ligado tanto à performance do próprio Paraná quanto das outras unidades da federação, em particular daquelas com as quais as trocas migratórias vêm sendo mais intensas – São Paulo, demais estados do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Embora a componente migratória, da ótica das trocas interestaduais, não tenha se mostrado como relevante na última década, a mesma ainda se mostra importante nos âmbitos das trocas intraestaduais, constituindo-se na base dos movimentos de concentração populacional nos maiores municípios e/ou regiões metropolitanas do Estado.

Associadas às tendências da mortalidade, da fecundidade e das migrações internas, a população paranaense adquiriu uma trajetória de contínuo envelhecimento de sua estrutura etária, traduzido pela drástica redução dos segmentos etários mais jovens, por ritmos de crescimento da população em idade ativa (PIA) mais elevados do que os da população total e por taxas expressivas de crescimento dos idosos.

Embora o IBGE não tenha disponibilizado, ainda, os dados do Censo Demográfico de 2010 por faixa etária, um exercício utilizando a distribuição etária da PNAD 2009, aplicada sobre a população total recenseada em 2010, permite dimensionar a importância dos grupos etários, geralmente associados às políticas sociais. A população até 17 anos reúne quase 3 milhões de pessoas, 28,5% da população total, e configura a demanda por educação básica, nos seus três níveis: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (tabela 13). Os idosos correspondem a 11,6%, os jovens adultos a 11,1%, e a parcela adulta da População em Idade Ativa (PIA) a 48,9% do total. Esses valores evidenciam a escala com que devem operar as políticas públicas, principalmente as de caráter universal.

TABELA 13 - POPULAÇÃO TOTAL E POR GRUPO ETÁRIO - PARANÁ - 2010

GRUPO ETÁRIO	POPULAÇÃO	
	Abs.	%
0 a 5	796.404	7,6
6 a 14	1.606.518	15,4
15 a 17	570.461	5,5
18 a 24	1.157.658	11,1
25 a 59	5.100.494	48,9
60 e mais	1.208.066	11,6
TOTAL	10.439.601	100,0

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (2010) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2009)

NOTA: Para o cálculo da população por grupo etário aplicou-se a distribuição percentual apurada pela PNAD 2009 ao dado de população total do Censo Demográfico 2010.

2.2 A QUESTÃO SOCIAL

2.2.1 Bases do Sistema de Proteção Social

Desde a Constituição de 1988 as políticas de caráter social vêm ganhando corpo e, ao longo dos anos 1990 e 2000, o País tem vivido um processo de reorganização institucional do sistema de proteção social, atingindo não apenas as políticas de seguridade social mas também as tradicionais políticas de saúde e educação. A Constituição de 1988 representa um marco no sistema de proteção social brasileiro, alargando-o para além das fronteiras do emprego formal, ao inserir no marco jurídico da cidadania os princípios de seguridade social e de garantia de direitos mínimos de reprodução social (POLÍTICAS..., 2006).

Como marcas características dessas duas últimas décadas, observou-se, a partir da implementação dos preceitos constitucionais, um aumento paulatino da cobertura dos programas sociais e do perfil redistributivo dos mesmos. Observou-se também uma ampliação das vinculações no gasto público de corte social e um fortalecimento das relações diretas de repasse de recursos para execução de programas predefinidos entre o governo federal e os municípios. O sistema de proteção social, que vem se consolidando nas últimas décadas, envolve políticas relacionadas a seis áreas principais: previdência social, emprego e defesa do trabalhador, desenvolvimento agrário, assistência social, saúde e educação (IPEA, 2010a).

As três últimas áreas acima serão o objeto do diagnóstico da questão social no Paraná. Como as bases institucionais dessas políticas são estabelecidas nacionalmente, cabe destacar os avanços institucionais que vêm definindo os contornos da atuação governamental nessas áreas.

Na área da educação, o principal marco normativo é a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada em 1996, que, além da definição dos princípios do sistema educacional, estabeleceu as competências e o regime de colaboração entre os entes da Federação (União, Estados e Municípios), os níveis escolares (educação básica e superior) e a obrigatoriedade e a gratuidade no que se referem aos ensinos fundamental e médio, etapas da educação básica. A educação básica conta com um importante instrumento de financiamento, que é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que reúne recursos dos três níveis da administração pública do Brasil; criado em 2007, ele substituiu o FUNDEF (1998), do qual se diferencia por atender, além do ensino fundamental, objeto do antecessor, a educação infantil e o ensino médio, nas modalidades de educação de jovens e adultos.

O acesso à educação no ensino fundamental foi praticamente universalizado e expandiu-se significativamente a cobertura dos demais níveis de ensino, inclusive o superior. No entanto, a qualidade e os resultados do processo educativo ainda deixam a desejar, a escolaridade média permanece em níveis baixos e o analfabetismo funcional se apresenta

como um forte desafio ao processo educativo, da mesma forma que o atendimento voltado aos jovens requer profunda revisão em seus objetivos e métodos.

Na área de saúde observou-se o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Sendo o SUS uma política de Estado, tem sido possível observar ao longo do tempo uma permanência em seus princípios e diretrizes que, associada a uma atuação pactuada entre os entes federados, tem permitido o avanço das políticas com a melhoria das ações na atenção básica através da rede de atenção primária à saúde que engloba o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e Estratégia de Saúde da Família (ESF). Questões como a definição de recursos financeiros para a área de saúde (regulamentação da Emenda Constitucional 29), as demandas associadas ao processo de envelhecimento populacional e a concorrência, em termos de recursos e interesses, presente nos atendimentos de maior complexidade, são desafios com os quais se depara o sistema de saúde no País.

Já a área de atendimento às necessidades habitacionais apenas mais recentemente começa a ser objeto de uma intervenção mais decisiva. Marcos dessa nova institucionalidade são a criação do Ministério das Cidades, em 2003; a aprovação da Política Nacional de Habitação, em 2004, que passou a orientar a intervenção nessa área, retomando o processo de planejamento do setor habitacional; o Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.527), que normatiza e define instrumentos para as intervenções no espaço urbano. Em que pesem os avanços no campo institucional, o déficit habitacional brasileiro só tem aumentado, somando hoje mais de 7 milhões de unidades habitacionais. Para superar este obstáculo, o principal avanço foi a reorganização das bases de recursos com a criação, em 2005, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

A política de assistência social atingiu um novo *status* com a Constituição de 1988, reconhecida como política pública e como direito do cidadão no contexto da seguridade social. Mas foi a partir da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, que se estabeleceram as bases de uma política pública efetiva de assistência social, avançando na discussão e concretização de uma política de natureza não contributiva, que assegure o fornecimento de mínimos sociais à população mais vulnerável (crianças, jovens, idosos, deficientes etc.), avançando, também, na definição de serviços, programas, e projetos que passam a compor o escopo de atuação da assistência social, dentre os quais se encontram os mecanismos de transferência de renda, que acabaram se revelando como instrumentos decisivos no combate à pobreza e às desigualdades sociais. Mais recentemente, em 2006, foi instituído o Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) em 2006, disciplinando o sistema de gestão pública da política de assistência social no território brasileiro.

Como instrumentos de controle social para as políticas públicas em geral foram institucionalizados, a partir da Constituição de 1988, os Conselhos de Gestão por segmentos

(educação, saúde etc.) ou por áreas temáticas (da mulher, do negro etc.). Embora criados e implantados, nem sempre cumprem sua função de controle social, colocando-se muitas vezes a serviço das administrações públicas. Assim, o fortalecimento da cidadania e o amadurecimento da sociedade se colocam como desafios para fazer valer efetivamente esses instrumentos de controle da sociedade sobre a gestão pública.

2.2.2 Saúde

As condições de saúde de uma população representam um pré-requisito para garantir o desenvolvimento do País, inclusive para assegurar a qualidade de sua inserção no mercado de trabalho. No Brasil, a responsabilidade pela oferta dos serviços de saúde, assegurada como direito constitucional da população, é do setor público.

A Atenção Básica, base do sistema de saúde, caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, nos âmbitos individual e coletivo, que abrange a promoção e proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, tratamento reabilitação e a manutenção da saúde, e se organiza a partir de alguns programas estratégicos: Saúde da Família (ESF), Estratégia de Saúde Bucal (ESB) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

Para viabilizar essas estratégias, o Ministério da Saúde preconiza o número de equipes de agentes comunitários de saúde, equipes de saúde da família e de saúde bucal para o atendimento populacional. Na tabela 14, a seguir, pode-se observar que a oferta desses serviços, em 2007, avançava lentamente para o conjunto do Estado, dado que os municípios responsáveis por essa implantação são bastante desiguais em termos de capacidade de gestão.

TABELA 14 - COBERTURA DA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE PROPOSTA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EFETIVADA PELOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ - AGO 2007

ESPECIFICAÇÃO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	EQUIPES DE SAÚDE BUCAL		
			Mobilidade I	Mobilidade II	Total
Credenciamento (a)	25.723	4.292	4.292	4.292	4.292
Cobertura (b)	11.137	1.572	622	353	975
(a/b) %	43,3	37,0	14,5	8,2	22,8

FONTE: MS - Relatório dos Municípios Credenciados ao PACS/ESF/Saúde Bucal

NOTA: Equipe de Saúde Bucal modalidade I é composta por cirurgião-dentista e auxiliar de consultório dental.

Equipe de Saúde Bucal modalidade II é composta por cirurgião-dentista, técnico de higiene dental e auxiliar de consultório dental.

Embora o atendimento populacional possa se dar em unidades ambulatoriais (postos e centros de saúde), dada a prioridade que esses programas estratégicos têm no âmbito da atenção básica, o índice de cobertura fica bem aquém do nível preconizado pelo Ministério da Saúde.

Mas alguns indicadores apontam avanços importantes no quadro de saúde da população. O perfil de mortalidade infantil no Paraná vem sofrendo mudanças e apresenta o mesmo comportamento verificado no Brasil e na Região Sul. Entre 2003 e 2008, houve uma redução da taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano por mil nascidos vivos) no Paraná, que caiu de 16,5 para 13,1 óbitos infantis, contudo, ainda superior à da Região Sul, enquanto, na RMC, a taxa caiu de 15,4 para 12,1. Essa redução está certamente associada a medidas de caráter, como o atendimento às gestantes e as campanhas de vacinação. (tabela 15).

TABELA 15 - ÓBITOS DE MENORES DE 1 ANO, NASCIDOS VIVOS E COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL (CMI) (ÓBITOS/MIL NV) NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E RMC - 2003/2008

REGIÃO/UF	2003			2008 ⁽¹⁾		
	Nascidos Vivos	Ob. <1 ano	CMI	Nascidos Vivos	Ob. <1 ano	CMI
Brasil	3.038.251	57.540	18,9	2.917.432	43.638	15,0
Região Sul	389.675	6.150	15,8	371.314	4.690	12,6
Paraná	157.333	2.595	16,5	150.947	1.975	13,1
RMC	47.898	739	15,4	48.366	586	12,1

FONTES: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações de Nascidos Vivos - SINASC

(1) Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

No período em foco, ampliou-se significativamente o acompanhamento das gestantes, com o percentual de nascidos vivos cujas mães passaram por sete ou mais consultas pré-natais, ampliando de 68,8%, em 2003, para 78,2%, em 2008. Este índice, neste último ano, é superior ao da Região Sul (73,6%) e ao do País (57,8%). O percentual de óbitos de menores de 5 anos por causas evitáveis também apresentou redução, passando, no mesmo período, de 1,58% para 1,22%.

A estrutura física de atendimento à população do Estado é composta por um conjunto de unidades de saúde de atendimento ambulatorial e hospitalar, presente em todo o Estado, de acordo com a hierarquização do atendimento em função do tamanho da população dos diferentes municípios. Atuam como prestadores de serviço estabelecimentos públicos, filantrópicos, privados e vinculados a sindicatos. Pode-se verificar que alguns tipos de estabelecimento são exclusivamente ou majoritariamente públicos, de modo geral vinculados à atenção básica (tabela 16).

Os serviços mais especializados e as unidades de apoio a esses serviços são, em sua grande maioria, privados, enquanto os serviços filantrópicos ou vinculados a sindicatos têm atuação complementar.

TABELA 16 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR TIPO DE PRESTADOR, SEGUNDO TIPO DE ESTABELECIMENTO NO PARANÁ - DEZ 2009

TIPO DE ESTABELECIMENTO	PÚBLICO	FILANTRÓPICO	PRIVADO	SINDICATO	TOTAL
Central de Regulação de Serviços de Saúde	4	-	-	-	4
Centro de Atenção Hemoterápica e/ou Hematológica	5	-	1	-	6
Centro de Atenção Psicossocial	90	-	-	-	90
Centro de Apoio à Saúde da Família	5	-	-	-	5
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	1.488	12	13	6	1.519
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	147	139	1.743	1	2.030
Consultório Isolado	126	3	10.134	58	10.321
Cooperativa	-	-	10	-	10
Farmácia Medicamento Excepcional e Programa Farmácia Popular	22	-	21	-	43
Hospital Dia	2	1	33	-	36
Hospital Especializado	6	14	47	-	67
Hospital Geral	152	76	227	-	455
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	2	-	-	-	2
Policlínica	24	17	394	4	439
Posto de Saúde	962	1	5	2	970
Pronto-Socorro Especializado	-	1	2	-	3
Pronto-Socorro Geral	23	-	1	-	24
Secretaria de Saúde	49	-	-	-	49
Unidade Mista - atend. 24h: atenção básica, internação, urgência	14	-	1	-	15
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	1	-	-	-	1
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	36	11	1.334	2	1.383
Unidade de Vigilância em Saúde	155	-	-	-	155
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré-Hospitalar - Urgência/Emergência	10	-	4	-	14
Unidade Móvel Terrestre	15	-	4	-	19
TOTAL	3.338	275	13.974	73	17.660

FONTE: MS - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

NOTA: Situação da base de dados nacional em 10/04/2010

Com relação às internações observa-se que todos os tipos de prestadores atendem ao SUS (tabela 17). Os leitos privados e filantrópicos excedem em número aos leitos públicos, porém, pode-se observar que, no conjunto do atendimento, cerca de 73% dos leitos existentes no Estado prestam atendimento ao SUS.

Vale a pena considerar, também, o número médio anual de internação. Em 2009, obteve-se 7,1 internações para cada 100 habitantes, considerando o local de internação, verificando-se 7,2 internações por 100 habitantes, tendo como referência o local de moradia. No mesmo ano, o valor médio de internação por habitante foi de R\$ 73,95. Embora em termos agregados os valores médios de internação sejam equivalentes, estudos indicam que o sistema contempla uma desigualdade de acesso aos serviços por parte dos moradores em municípios não servidos por hospitais (RIBEIRO *et al.*, 2005).

TABELA 17 - NÚMERO DE LEITOS DE INTERNAÇÃO EXISTENTES POR TIPO DE PRESTADOR SEGUNDO ESPECIALIDADE NO PARANÁ - DEZ. 2009

ESPECIALIDADE	PÚBLICO		FILANTRÓPICO		PRIVADO		TOTAL	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgica	1.233	1.161	2.623	1.764	3.591	1.552	7.447	4.477
Clínica	2.705	2.589	2.559	1.854	4.536	2.787	9.800	7.230
Obstétrica	972	936	1.063	850	1.920	1.158	3.955	2.944
Pediátrica	1.297	1.262	1.065	841	1.942	1.475	4.304	3.578
Outras Especialidades	407	400	827	684	2.285	1.736	3.519	2.820
Hospital/Dia	15	15	216	168	428	337	659	520
TOTAL	6.629	6.363	8.353	6.161	14.702	9.045	29.684	21.569

FONTE: MS - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

NOTA: Situação da base de dados nacional em 10/04/2010

Com relação aos profissionais que atuam na área de saúde no Paraná, verifica-se, pela tabela 18, a seguir, que de um total de 51,8 mil médicos, 70,2% atende ao SUS; dos 10,6 mil dentistas, 44,9% atende ao SUS; e praticamente 90% dos 18,9 mil auxiliares de enfermagem e dos 5,6 mil técnicos de enfermagem atendem ao SUS. Dentre as especialidades médicas, 25% são clínicos gerais, 9,3% atendem ginecologia e obstetrícia e 8,2% são pediatras, especialidades integralmente associadas ao atendimento básico.

Os maiores coeficientes por 1.000 habitantes são referentes aos médicos: 4,8 para profissionais em geral e 3,4 para profissionais do SUS; em seguida vêm os auxiliares de enfermagem, com 1,8 e 1,6, respectivamente, e os dentistas, com 1,0 e 0,5 respectivamente (tabela 18).

TABELA 18 - RECURSOS HUMANOS (VÍNCULOS) SEGUNDO CATEGORIAS SELECIONADAS NO PARANÁ - 2009

CATEGORIA	TOTAL	ATENDE AO SUS	NÃO ATENDE AO SUS	PROF./ 1.000 HAB.	PROF. SUS/ 1.000 HAB.
Médicos	51.820	36.399	15.421	4,8	3,4
Anestesista	2.106	1.472	634	0,2	0,1
Cirurgião Geral	3.097	2.519	578	0,3	0,2
Clínico Geral	12.982	11.093	1.889	1,2	1,0
Gineco Obstetra	4.839	3.043	1.796	0,5	0,3
Médico de Família	1.952	1.945	7	0,2	0,2
Pediatra	4.241	2.865	1.376	0,4	0,3
Psiquiatra	886	641	245	0,1	0,1
Radiologista	1.506	844	662	0,1	0,1
Cirurgião Dentista	10.681	4.801	5.880	1,0	0,4
Enfermeiro	7.124	6.605	519	0,7	0,6
Fisioterapeuta	4.181	2.373	1.808	0,4	0,2
Fonoaudiólogo	1.487	1.026	461	0,1	0,1
Nutricionista	951	652	299	0,1	0,1
Farmacêutico	3.703	2.897	806	0,3	0,3
Assistente Social	1.220	1.163	57	0,1	0,1
Psicólogo	2.841	1.859	982	0,3	0,2
Auxiliar de Enfermagem	18.998	17.084	1.914	1,8	1,6
Técnico de Enfermagem	5.639	4.938	701	0,5	0,5

FONTE: MS - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

NOTAS: Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

O perfil de causas de mortalidade no Paraná é bastante similar ao do Brasil⁸ e da Região Sul. Do total de óbitos ocorridos no Paraná (57,6 mil), em 2003, o principal grupo responsável pelas mortes ocorridas no Estado foi o de doenças do aparelho circulatório (18,8 mil óbitos, 32,7% do total), proporcionalmente superior à Região Sul e ao Brasil. Em 2008, as mortes por doenças circulatórias, no Paraná, somaram 19,6 mil, com sua participação no total de óbitos caindo para 30,7%. (tabelas 19 e 20).

⁸ Em 2003, no Brasil e no Paraná, as duas primeiras causas coincidem. Entretanto, a terceira se diferencia: no Brasil aparece o grupo de sintomas, sinais e achados anormais como terceira causa, o que se deve, provavelmente, ao fato de que, em algumas regiões do País, pela ausência de diagnósticos e notificações mais precisas das causas de morte, este grupo está encobrindo os óbitos que deveriam estar recaindo em outros grupos, particularmente nas neoplasias.

TABELA 19 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DOS ÓBITOS SEGUNDO GRUPOS DE CAUSAS NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E RMC - 2003

CAPÍTULOS CID-10	REGIÃO/UF							
	Brasil		Região Sul		Paraná		RMC	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
TOTAL	1.002.340	100	157.625	100	57.566	100	16.477	100
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	46.533	4,6	6.218	3,9	2.005	3,5	582	3,5
Neoplasias (tumores)	134.691	13,4	28.143	17,9	9.283	16,1	2.815	17,1
Doenças sangue órgãos hemat. e transt. imunitár.	5.354	0,5	605	0,4	219	0,4	58	0,4
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	51.190	5,1	7.640	4,8	2.916	5,1	785	4,8
Transtornos mentais e comportamentais	7.356	0,7	1.256	0,8	478	0,8	139	0,8
Doenças do sistema nervoso	13.750	1,4	2.705	1,7	987	1,7	301	1,8
Doenças do olho e anexos	21	0,0	-	-	-	-	-	-
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	120	0,0	10	0,0	2	0,0	-	-
Doenças do aparelho circulatório	274.068	27,3	48.978	31,1	18.831	32,7	5.062	30,7
Doenças do aparelho respiratório	97.656	9,7	17.380	11,0	5.911	10,3	1.655	10,0
Doenças do aparelho digestivo	46.894	4,7	7.680	4,9	3.108	5,4	965	5,9
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1.977	0,2	223	0,1	85	0,1	19	0,1
Doenças sist. osteomuscular e tec. conjuntivo	3.001	0,3	584	0,4	209	0,4	70	0,4
Doenças do aparelho geniturinário	15.858	1,6	2.199	1,4	829	1,4	287	1,7
Gravidez parto e puerpério	1.597	0,2	205	0,1	67	0,1	24	0,1
Algumas afec. originadas no período perinatal	32.040	3,2	3.415	2,2	1.470	2,6	399	2,4
Malf cong. deformid. e anomalias cromossômicas	10.143	1,0	1.568	1,0	628	1,1	195	1,2
Sint. sinais e achados anormais ex. clín. e laborat.	133.434	13,3	10.508	6,7	2.883	5,0	642	3,9
Causas externas de morbidade e mortalidade	126.657	12,6	18.308	11,6	7.655	13,3	2.479	15,0

FONTE: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

NOTA: Grupo de causas segundo o Capítulo da CID-10.

TABELA 20 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DOS ÓBITOS SEGUNDO GRUPOS DE CAUSAS NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E RMC - 2008

CAPÍTULOS CID-10	REGIÃO/UF							
	Brasil		Região Sul		Paraná		RMC	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
TOTAL	1.066.842	100,0	169.321	100,0	63.680	100,0	18.117	100,0
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	46.920	4,4	6.310	3,7	1.934	3,0	583	3,2
Neoplasias (tumores)	166.317	15,6	32.905	19,4	10.953	17,2	3.299	18,2
Doenças sangue órgãos hemat. e transt. imunitár.	5.793	0,5	665	0,4	246	0,4	54	0,3
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	63.742	6,0	9.192	5,4	3.438	5,4	915	5,1
Transtornos mentais e comportamentais	11.560	1,1	1.796	1,1	710	1,1	176	1,0
Doenças do sistema nervoso	21.341	2,0	3.956	2,3	1.359	2,1	409	2,3
Doenças do olho e anexos	40	0,0	3	0,0	1	0,0	-	-
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	121	0,0	14	0,0	3	0,0	3	0,0
Doenças do aparelho circulatório	314.506	29,5	51.206	30,2	19.570	30,7	5.097	28,1
Doenças do aparelho respiratório	104.459	9,8	17.466	10,3	6.562	10,3	1.705	9,4
Doenças do aparelho digestivo	54.826	5,1	8.485	5,0	3.589	5,6	1.019	5,6
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2.631	0,3	256	0,2	79	0,1	17	0,1
Doenças sist. osteomuscular e tec conjuntivo	4.051	0,4	658	0,4	222	0,4	92	0,5
Doenças do aparelho geniturinário	19.769	1,9	2.733	1,6	1.051	1,7	305	1,7
Gravidez parto e puerpério	1.517	0,1	206	0,1	70	0,1	22	0,1
Algumas afec. originadas no período perinatal	25.820	2,4	2.752	1,6	1.157	1,8	338	1,9
Malf cong. deformid. e anomalias cromossômicas	10.413	1,0	1.487	0,9	583	0,9	184	1,0
Sint. sinais e achad. anorm. ex. clín. e laborat.	79.372	7,4	8.676	5,1	3.105	4,9	824	4,6
Causas externas de morbidade e mortalidade	133.644	12,5	20.555	12,1	9.048	14,2	3.075	17,0

FONTE: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

NOTAS: Grupo de causas segundo o Capítulo da CID-10.

Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

As doenças do aparelho circulatório incidem em maior número sobre a população de 70 a 79 anos e na de 80 anos e mais, grupos que, em 2008, responderam conjuntamente por quase 60% deste tipo de óbito, no Estado.

A RMC repete o mesmo perfil de mortalidade do Paraná. Em 2003, os óbitos da região (16,5 mil) representavam 28,6% do Estado, percentual que se manteve em 2008, apesar do aumento das ocorrências (18,1 mil óbitos).

O segundo grupo de causa responsável pelos óbitos no Paraná, as neoplasias, somou 9,3 mil mortes em 2003, representando 16,1%. Em 2008, continuava sendo o segundo grupo responsável pelas mortes do Estado, com 10,9 mil mortes, porém, com proporção maior (17,2%). Nestes dois anos, as neoplasias incidiram em maior número na população de 60 a 69 anos e de 70 a 79 anos, grupos que responderam, conjuntamente, por metade deste tipo de óbito, no Estado. Um padrão semelhante é observado na RMC, tanto em termos de representatividade desta causa no total de óbitos, como em sua incidência nos diferentes grupos etários.

O terceiro grupo de causas de mortes no Paraná é o de causas externas, perfazendo 7,7 mil mortes em 2003 e 9 mil mortes em 2008, com sua participação no total de óbitos passando de 13,3% para 14,2%. Diferentemente dos grupos de causas anteriormente mencionados, os jovens (15 a 29 anos) são as principais vítimas deste tipo de mortalidade – quase 40% deste tipo de óbito, em 2008 (tabelas 21 e 22).

Assim como as taxas de mortalidade infantil nos dão uma ideia da infraestrutura de atendimento infantil, das epidemias, das condições de higiene e de saneamento básico e dos mecanismos culturais, políticos e sociais de tratamento das crianças, as taxas de mortalidade de outras faixas etárias por grupos de causas, particularmente as atribuíveis às causas externas, indicam também os diversos modos de sociabilidade e as circunstâncias políticas e econômicas que expressam a especificidade deste grupo, em que são registrados, entre outros, os óbitos por suicídio, em acidentes de transporte, por homicídio, além da categoria das mortes ocasionadas por armas de fogo. Dentre as causas estabelecidas pelo CID-10, utilizou-se aqui o agrupamento que recebe o título genérico de “Agressões” e que se caracteriza pela presença da agressão a terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos, lesões ou a morte da vítima.

Este detalhamento permite observar uma mudança na composição das mortes por causas externas. Os acidentes de transporte terrestre (2,8 mil óbitos) eram, em 2003, a principal causa, e, em 2008, as agressões passaram a ocupar esta posição (3,4 mil óbitos). Enquanto o total de óbitos por causas externas aumentou 18,6%, no período em foco, as mortes por agressão aumentaram 36,5%.

Mais da metade do aumento dos óbitos por agressão ocorrido no Estado se deu entre os jovens (15 a 29 anos). Neste grupo, em 2008, 54,4% das mortes por causas externas foram motivadas por agressões, seguidas dos acidentes de trânsito (32,4%) – tabela 21.

TABELA 21 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DE ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNAS⁽¹⁾, SEGUNDO GRANDE GRUPO CID-10 E FAIXA ETÁRIA NO PARANÁ - 2003

GRANDE GRUPO CID-10 DE CAUSAS EXTERNAS	15-29		30-39		40-49		DEMAIS IDADES		TOTAL (15-49)		TOTAL PARANÁ
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
TOTAL	2.832	100	1.399	100	1.023	100	2.366	100	5.254	100	7.620
Acidentes de transporte	940	33,2	511	36,5	434	42,4	924	39,1	1.885	35,9	2.809
Outras causas externas de lesões acidentais	243	8,6	166	11,9	151	14,8	813	34,4	560	10,7	1.373
Lesões autoprov. voluntariamente	212	7,5	127	9,1	104	10,2	147	6,2	443	8,4	590
Agressões	1.345	47,5	545	39,0	284	27,8	351	14,8	2.174	41,4	2.525
Eventos cuja intenção é indeterminada	61	2,2	42	3,0	37	3,6	83	3,5	140	2,7	223
Intervenções legais e op. de guerra	22	0,8	1	0,1	0	0,0	0	0,0	23	0,4	23
Complic. assist. médica e cirúrgica	2	0,1	4	0,3	6	0,6	38	1,6	12	0,2	50
Sequelas de causas externas	7	0,2	3	0,2	7	0,7	10	0,4	17	0,3	27

FONTE: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

NOTA: Grupo de causas segundo o Capítulo da CID-10.

(1) Número de óbitos contados segundo o local de ocorrência do óbito.

TABELA 22 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DE ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNAS⁽¹⁾, SEGUNDO GRANDE GRUPO CID-10 E FAIXA ETÁRIA NO PARANÁ - 2008

GRANDE GRUPO CID-10 DE CAUSAS EXTERNAS	15-29		30-39		40-49		DEMAIS IDADES		TOTAL (15-49)		TOTAL PARANÁ
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
TOTAL	3.538	100	1.594	100	1.201	100	2.703	100	6.333	100	9.036
Acidentes de transporte	1.147	32,4	565	35,4	489	40,7	1.024	37,9	2.201	34,8	3.225
Outras causas externas de lesões acidentais	195	5,5	148	9,3	147	12,2	928	34,3	490	7,7	1.418
Lesões autoprov. voluntariamente	198	5,6	117	7,3	111	9,2	175	6,5	426	6,7	601
Agressões	1.926	54,4	694	43,5	396	33,0	430	15,9	3.016	47,6	3.446
Eventos cuja intenção é indeterminada	65	1,8	55	3,5	44	3,7	101	3,7	164	2,6	265
Intervenções legais e op. de guerra	2	0,1	3	0,2	0	0	0	0,0	5	0,1	5
Complic. assist. médica e cirúrgica	1	0,0	4	0,3	2	0,2	22	0,8	7	0,1	29
Sequelas de causas externas	4	0,1	8	0,5	12	1,0	23	0,9	24	0,4	47

FONTE: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

NOTAS: Grupo de causas segundo o Capítulo da CID-10.

Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

(1) Número de óbitos contados segundo o local de ocorrência do óbito.

Esse quadro é confirmado, inclusive, quando se toma por referência o crescimento populacional ocorrido no período. No Paraná, em 2003, para cada 100 mil habitantes, as causas externas foram responsáveis por 76,9 mortes, passando para 85,3 em 2008. Em 2003, o principal subgrupo era dos acidentes de transporte, seguido das agressões, apontando, respectivamente, 28,4 e 25,5 mortes (100 mil habitantes). Em 2008, as agressões passam a ser o principal subgrupo, representando 32,5 mortes. O aumento das mortes por agressões incidiu em todas as faixas etárias. Contudo, o impacto maior ocorreu no grupo etário de 15 a 29 anos, que de 49,5 passou para 68,4 mortes, representando, no período, um aumento de quase 19 mortes para cada 100 mil habitantes.

De acordo com o Mapa da Violência 2010 (WAISELFISZ, 2010), apesar da política de desarmamento desenvolvida a partir de 2003 o número de homicídios cresceu significativamente em todas as regiões brasileiras, salvo o Sudeste, que evidenciou quedas expressivas, coincidindo, temporalmente, com a campanha do desarmamento. Segundo o Mapa, em 1997 o Paraná tinha uma taxa de 17,3 homicídios, ocupando o 14º lugar no ranking da violência homicida no Brasil. Mas, em 2007, essa taxa subiu para 29,6% e o Estado ocupava o 9º lugar entre os estados brasileiros no ranking da violência homicida do País. A taxa nacional, no ano de 2007, foi de 25,2 homicídios por 100.000 habitantes, ou seja, abaixo da do Paraná. Ainda segundo o estudo, a RMC destaca-se entre oito regiões metropolitanas (em dez) evidenciando índices preocupantes de crescimento expressivo dos números. Em 1997, a RMC apresentava uma taxa de 23,9 homicídios em 100.000 habitantes, subindo, em 2007, para 39,8 homicídios por 100.000 habitantes.

Esses dados revelam uma questão extremamente preocupante quando se pensa que uma parcela significativa da juventude está se perdendo. Isto remete não apenas às políticas de segurança pública, mas, principalmente, às políticas sociais voltadas para a inserção dessa juventude, tanto em termos educacionais e de ocupação como em termos de lazer, cultura, informação, entre outros. Ou seja, políticas que transformem esses jovens em cidadãos responsáveis e participantes na vida do País.

Por outro lado, esses índices chamam a atenção para o fato de que todos os esforços de prover a população jovem com serviços de educação, saúde, qualificação para o trabalho, entre outros, acabam se perdendo com a morte prematura desses jovens, no início de sua vida adulta, jogando por terra os investimentos sociais que vinham sendo feitos para assegurar uma perspectiva de futuro para os mesmos.

Em relação à mortalidade por acidentes de transporte terrestre, há que se ressaltar que, no Paraná, o processo de redução do número de óbitos por este tipo de acidente, verificado no período 1997-2001, foi interrompido, verificando-se, desde 2002, aumento contínuo deste tipo de morte, que atinge de forma indistinta toda a população adulta. Contudo, quando se observa a mortalidade por acidente de transporte segundo a condição da vítima (REDE..., 2008), nota-se que parte importante do aumento no número de óbitos está relacionado a motociclistas, geralmente jovens, com idade entre 15 e 39 anos. Por outro lado, quando se observa a vitimização de pedestres (atropelamentos) a maior taxa é verificada entre a população idosa (60 anos e mais). Chama atenção o fato de a mortalidade por acidente de transporte vir sistematicamente aumentando nos municípios de menor porte.

2.2.3 Educação e Escolaridade

2.2.3.1 Analfabetismo

O analfabetismo continua afetando importante segmento da população brasileira. No Paraná, a taxa de analfabetismo foi reduzida de 8,7%, em 2001, para 6,7%, em 2009 (tabela 23). No entanto, em 2009, 551 mil pessoas de 15 ou mais anos afirmaram não saber ler nem escrever, sendo consideradas analfabetas absolutas.

TABELA 23 - POPULAÇÃO DE 15 OU MAIS ANOS DE IDADE E CONDIÇÃO DE ANALFABETISMO - PARANÁ - 2001-2009

CONDIÇÃO	2001	2009
Pessoa de 15 ou mais anos de idade	7.064.126	8.237.051
Não sabe ler, nem escrever	611.078	551.196
Taxa de analfabetismo	8,7	6,7
Menos de 4 anos de estudo	1.795.307	1.480.401
Taxa de analfabetismo funcional	25,4	18,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Educadores destacam que muitas pessoas, mesmo quando capazes de ler ou escrever pequenos textos, não possuem habilidade para interpretar textos, realizar cálculos e estabelecer associações mais complexas. Este fenômeno mais amplo caracteriza o analfabetismo funcional⁹, o qual, nas estatísticas sociais do IBGE, corresponde ao contingente populacional com nenhuma ou baixa escolaridade (menos de quatro anos de estudo)¹⁰. No Paraná, apesar da redução ocorrida na década, havia, em 2009, cerca de 1,5 milhão de pessoas nesta condição, correspondente a 18% da população de 15 ou mais anos de idade; em termos absolutos, o número de analfabetos funcionais foi reduzido em 315 mil.

O analfabetismo, no Paraná, continua sendo um problema social relevante e afeta principalmente a população idosa, a qual representa, nas duas concepções adotadas, mais de 40% do total de analfabetos. Porém, mesmo com participação relativa menor, há um importante contingente de jovens adultos (até 39 anos) na condição de analfabetos funcionais,

⁹ A UNESCO define o analfabeto funcional como toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional. Ou seja, o analfabeto funcional não consegue extrair o sentido das palavras, colocar ideias no papel por meio da escrita, nem fazer operações matemáticas mais elaboradas. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=700>>.

¹⁰ Embora este indicador se enquadre em recomendações da Unesco, há pesquisas específicas que demonstram que o problema do analfabetismo funcional, no Brasil, atinge estudantes de níveis mais elevados de escolaridade. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/avaliacao/uma-lenta-caminhada-analfabetismo-funcional-alfabetismo-inaf-instituto-paulo-montenegro-leitura-escrita-518768.shtml>>. Acesso em: 24 nov. 2010.

cuja possibilidade de inserção ocupacional poderá ser comprometida, dada a tendência de crescente requerimento de escolaridade pelo mercado de trabalho.

2.2.3.2 Escolaridade

Nas duas últimas décadas houve intenso esforço no sentido de ampliar o acesso à escola. Para acompanhar o progresso na escolarização, serão avaliados, na sequência, alguns indicadores relacionados à frequência e ao atraso escolar, nos três níveis da educação básica.

O primeiro indicador – taxa de atendimento – refere-se ao percentual da população em idade escolar que frequenta escola. O maior avanço, na década, se deu em relação às crianças de 0 a 6 anos, cuja taxa se expandiu em quase 15 pontos percentuais (tabela 24). Este segmento populacional está vinculado basicamente à educação infantil (creche e pré-escola), sendo que a evolução da taxa foi resultado de dois fenômenos concomitantes: a expansão de vagas na educação infantil¹¹ e a redução, no Estado, da população deste grupo etário, resultado de uma dinâmica demográfica marcada pela acentuada queda da fecundidade.

Em que pese este avanço, menos da metade das crianças deste grupo etário frequentava creche ou pré-escola, déficit que, segundo dados da PNAD, em 2009, envolvia um contingente de 537 mil crianças.

TABELA 24 - TAXAS DE ATENDIMENTO ESCOLAR, DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA E LÍQUIDA - PARANÁ - 2001-2009

GRUPO ETÁRIO	TAXA					
	Atendimento		Escolarização Bruta		Escolarização Líquida	
	2001	2009	2001	2009	2001	2009
0 a 6 anos	30,7	45,5	25,8	32,5	25,3	31,9
7 a 14 anos	96,5	97,6	115,7	115,6	95,2	94,5
15 a 17 anos	75,1	80,5	89,1	95,1	49,0	59,6

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Em relação às crianças e jovens de 7 a 14 anos, correspondente ao ensino fundamental, verifica-se que o Estado apresenta, desde o início da década, índice considerado compatível com a universalização do acesso escolar.

Quanto aos jovens de 15 a 17 anos, aumentou o percentual deles que está frequentando a escola, mas a questão preocupante é que este aumento se deu nos anos iniciais da década, ocorrendo, desde então, certa estabilização da taxa em torno de 80%, o que significa que, recorrentemente, uma parcela importante destes jovens fica fora da escola.

¹¹ Na realidade, aumentou o número de crianças em creches e reduziu o contingente na pré-escola, uma vez que as crianças de 6 anos passaram a ser atendidas, em sua maioria, pelo ensino regular, na nova seriação do ensino fundamental.

O indicador acima permitiu avaliar o acesso à escola, mas necessita ser complementado com indicadores que informem se a oferta escolar, nos diversos níveis de ensino, é suficiente para atender à demanda e se a frequência escolar está ocorrendo adequadamente à idade recomendada.

A taxa de escolarização bruta permite avaliar a oferta escolar, relacionando o total de matrícula de um dado nível de ensino com o respectivo grupo etário adequado a este nível. O número de matrícula corresponde ao número de pessoas que, na PNAD, declaram estar frequentando creche ou pré-escola, no caso da educação infantil, ou as respectivas séries do ensino fundamental e médio.

No caso da educação infantil, as matrículas correspondiam, em 2009, a apenas 32,5% das crianças de 0 a 6 anos de idade. Em parte este problema é minorado devido à participação de parcela das crianças de seis anos no ensino fundamental, fato que explica por que a taxa de atendimento deste grupo vista acima é superior (45,5%). Ressalte-se que esta participação vem se ampliando, como resultado da implementação do ensino fundamental de nove anos, cujo início se dá a partir dos seis anos de idade.¹²

Em relação ao ensino fundamental, o número de matrícula excede em 15% o número de pessoas de 7 a 14 anos. Apesar de a taxa não ter sofrido variação no período em foco, sua composição se alterou devido, por um lado, à já mencionada participação crescente das crianças de seis anos neste nível de ensino e, por outro, à redução da participação de jovens com idade superior a 14 anos, ou seja, de pessoas com atraso escolar. Este último aspecto constitui um importante avanço, desde que não corresponda ao abandono escolar, pelos jovens.

Em relação ao ensino médio, praticamente atingiu-se um equilíbrio entre as matrículas e o número de jovens de 15 a 17 anos de idade, condição fundamental para se viabilizar a plena universalização deste nível de ensino.

Resta avaliar se o progresso na escolarização tem correspondido à efetiva adequação entre idade e nível de ensino adequado. A taxa de escolarização líquida permite esta avaliação, pois ela considera o percentual de pessoas de um dado grupo etário que se encontra matriculado no nível de ensino adequado à sua idade; quanto maior a taxa, maior a eficiência do processo de escolarização, pois significa maior acesso, permanência e menor atraso escolar.¹³

Neste sentido, os dados da tabela 24 reafirmam que a questão do acesso escolar das crianças e jovens de 7 a 14 anos no nível adequado – ensino fundamental –, no Estado, já se encontrava resolvida desde o início da década. Nos outros dois níveis houve avanço

¹² Prevista na LDB, esta alteração foi transformada em meta da educação básica a partir da Lei Federal nº 10.172, de 2001. No Paraná, em 2009, segundo a PNAD, dois terços dos alunos da 1ª série do ensino fundamental já estavam no ciclo de nove anos.

¹³ Conforme Riani e Golguer, citados em Rios-Neto (2010, p.10).

importante na década, particularmente no ensino médio, cuja taxa aumentou em 10 pontos percentuais; em 2009, cerca de 60% dos jovens de 15 a 17 anos que frequentavam a escola, encontravam-se no nível de ensino adequado para sua idade.¹⁴ Porém, a continuidade deste avanço pode vir a ser comprometida dada a persistência de uma parcela ainda expressiva destes jovens fora da escola.

Em que medida o maior acesso à escola tem resultado na efetiva conclusão dos dois níveis da educação básica propugnados como obrigatórios pela LDB? Na tabela 25, são apresentadas as proporções de jovens que concluíram o ensino fundamental (8 ou mais anos de estudo) e o ensino médio (11 ou mais anos de estudo).

A taxa de jovens de 15 a 17 anos com 8 ou mais de estudo aumentou no período 2001-2009; neste último ano, 70% dos jovens desta faixa etária tinham concluído o ensino fundamental. Este percentual aumenta quando são considerados aqueles com idade entre 18 e 24 anos, dos quais 84% concluíram esta etapa de ensino. De qualquer modo, o problema do atraso escolar e/ou do abandono escolar parece continuar a comprometer uma maior eficiência da educação fundamental no Estado.

Em relação ao ensino médio (11 ou mais anos) o avanço foi mais expressivo – aumento de quase 18 pontos percentuais na taxa de conclusão. Mesmo assim, em 2009, pouco mais da metade (58%) dos jovens de 18 a 24 anos tinha atingido este nível de escolaridade, fato ainda mais preocupante quando se recorda que nesta faixa etária aumenta a parcela de jovens que está fora da escola.

TABELA 25 - ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO JOVEM - PARANÁ - 2001 E 2009

ANOS DE ESTUDO	2001		2009	
	15 a 17	18 a 24	15 a 17	18 a 24
8 anos ou mais	57,8	67,3	70,1	83,6
11 anos ou mais	-	40,2	-	58,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Desde 2007, o MEC vem divulgando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que pretende refletir a evolução da educação básica no País em termos de resultados, avaliando “dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações”¹⁵. A escala de avaliação vai de 0 a 10 e, para os diversos níveis, tem-se como meta atingir a nota 6,0, padrão compatível com a média dos países da OCDE.

¹⁴ Para este grupo etário, a taxa brasileira, em 2009, era de 50,9%.

¹⁵ Disponível em: <http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=5>.

Entre 2005 e 2009 o Paraná apresentou avanços nos três níveis considerados: séries iniciais e finais do fundamental e nível médio (tabela 26). O Paraná, entre as unidades da federação, possui a maior nota relacionada ao ensino médio (4,2), mas é neste nível que o Estado tem seu pior desempenho.

TABELA 26 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 2005/2009

REGIÃO/UNIDADE DA FEDERAÇÃO	FUNDAMENTAL						MÉDIO		
	Séries Iniciais			Séries Finais					
	2005	2007	2009	2005	2007	2009	2005	2007	2009
Brasil	3,8	4,2	4,6	3,5	3,8	4,0	3,4	3,5	3,6
Sul	4,4	4,8	5,1	3,8	4,1	4,3	3,7	3,9	4,1
Paraná	4,6	5,0	5,4	3,6	4,2	4,3	3,6	4,0	4,2
Maior índice UF	4,8	5,0	5,6	4,3	4,3	4,5	3,8	4,0	4,2

FONTE: MEC/INEP

Nas séries iniciais, o Paraná possui nota superior à média da Região Sul e à do País e, mantendo o ritmo de crescimento do período 2005/2009, poderá atingir a meta antes do ano previsto (2017). Para as séries finais e o nível médio, o esforço para atingir as metas deverá ser bem maior, pois além de as notas obtidas em 2009 serem ainda baixas, o ritmo de desempenho diminuiu entre 2007 e 2009.

Como destacado acima, o IDEB avalia rendimento escolar (aprovação) e desempenho (proficiências). No caso do Paraná, o avanço no IDEB resultou de variações positivas nestas duas dimensões. Porém, no ensino fundamental, a melhoria relativa foi maior em termos de evolução do desempenho, maiores notas na Prova Brasil, enquanto, no ensino médio, o avanço esteve relacionado principalmente às maiores taxas de aprovação. Este resultado do ensino médio é condizente, de certo modo, com todo o esforço que vem sendo realizado para aumentar o acesso e a permanência dos jovens na escola, mas aponta, também, para a necessidade de se alcançar resultados mais expressivos em termos de proficiência.

2.2.4 Necessidades Habitacionais

A moradia está relacionada a muitos aspectos que compõem a qualidade de vida da população. Um padrão de habitação permite que se avalie a inserção da população num dado contexto social tanto no que diz respeito aos aspectos ligados à construção do imóvel, como com relação ao consumo de bens e serviços urbanos a ele associados.

A multiplicidade de alternativas ligadas ao domicílio faz da habitação um item imprescindível quando se avalia um determinado grupo social, permitindo a compreensão da questão social a partir de uma abordagem mais integrada dos elementos que evidenciam os enormes contrastes da sociedade brasileira.

No Brasil são cerca de 58 milhões de domicílios, 85% deles nas áreas urbanas e, destes, 36% concentrados nas regiões metropolitanas. Os domicílios particulares permanentes urbanos abrigam mais de 80% da população brasileira, e 51% apresentam renda média familiar mensal de até 3 salários mínimos.

No Paraná estão 5,9% dos domicílios brasileiros, os quais apresentam características semelhantes às encontradas no resto do País, guardadas as magnitudes de cada região. Em 2008 eram 3.384 mil unidades domiciliares, 85,4% delas nas áreas urbanas, das quais mais de 30% concentradas na Região Metropolitana de Curitiba. Do total, 89,5% são casas, 10,4% apartamentos e menos de 0,01% são cômodos únicos.

O Paraná, onde no passado era muito comum o uso da madeira na construção de moradias, tem hoje 24,5% de seus domicílios construídos com esse material, mas, como na maioria dos outros estados, a alvenaria é o material predominante em 74,2% das habitações. Não obstante, apresenta 41,9 mil domicílios rústicos¹⁶, representando 1,2% do total.

Como nos demais estados da federação, os domicílios no Paraná são ocupados na sua maioria por proprietários. A fragilidade financeira a que está sujeita a maioria dos trabalhadores, aliada à instabilidade nas condições de emprego e à precariedade dos serviços básicos ofertados pelo Estado – direcionando as famílias na busca de serviços privados, via de regra dispendiosos para o orçamento familiar –, fazem da posse do imóvel um item de seguridade social. Tanto é assim que a proporção de proprietários nas faixas de rendas menores (59%), em 2008, é quase tão elevada quanto nas mais altas (73%). No Paraná, 72,6% dos domicílios são próprios, sendo que 90,2% deles estão totalmente pagos e 9,8% estão ainda em pagamento. A posse, contudo, não assegura qualidade à habitação.

Observa-se que o déficit habitacional do Paraná, em 2007, por classe de rendimento médio mensal familiar, está concentrado na faixa de até três salários mínimos (86,8%), alcançando 95,7% do total quando se acrescentam os domicílios com renda média mensal de até cinco salários mínimos. Considera-se déficit a necessidade de um novo domicílio, tanto para incrementar o estoque atendendo quem não tem uma habitação, como para repor uma habitação existente, mas em estado precário, que não atende às condições mínimas de habitabilidade (BRASIL, 2009).

Além do déficit, às necessidades habitacionais cresce-se também a inadequação dos domicílios, ou seja, aquelas moradias que, para atender às condições de habitabilidade, necessitam de um ou mais reparos quanto à infraestrutura, ampliação do imóvel ou regularização dos terrenos. A inadequação atinge uma parcela maior de domicílios que o montante do déficit, mas é menos onerosa às famílias porque, à exceção da ampliação, a intervenção diz respeito fundamentalmente aos investimentos públicos. No Paraná, enquanto o déficit por novas habitações nas áreas urbanas somou, em 2007, 136 mil habitações, a inadequação atingiu 640 mil domicílios com carências de infraestrutura básica. Já na RMC, o

¹⁶ Domicílios rústicos, segundo o IBGE, são aqueles cujas paredes não são de alvenaria ou madeiras aparelhadas.

déficit, no mesmo ano, foi de 47 mil moradias e a inadequação por infraestrutura somou 56 mil. Observe-se que a relação entre déficit e inadequação por infraestrutura no Estado é substancialmente maior que a encontrada nos aglomerados metropolitanos de Curitiba, Londrina e Maringá (IPARDES, 2004), isto porque é nos grandes centros que se concentram os investimentos em infraestrutura urbana.

Verifica-se que o déficit, no Paraná e na Região Metropolitana de Curitiba, concentra-se nas faixas de população com renda mensal até três salários mínimos. Já no que se refere à inadequação, sua presença, embora maior para essa faixa de renda, é significativa também para faixas de maior renda, evidenciando o quanto o problema da inadequação está associado aos investimentos do Estado (tabelas 27 e 28).

TABELA 27 - SÍNTESE DOS INDICADORES DAS NECESSIDADES HABITACIONAIS - PARANÁ - 2007

NECESSIDADES HABITACIONAIS	CLASSES DE RENDA MENSAL FAMILIAR (salários mínimos)				
	Até 3	>3 até 5	>5 até 10	>10	TOTAL
Domicílios particulares permanentes urbanos	43,0	24,1	19,9	13,0	100,0
Déficit habitacional urbano	86,8	8,9	2,9	1,4	100,0
Por coabitação	85,8	9,3	2,9	2,0	100,0
Inadequação					
Adensamento urbano excessivo	72,4	13,6	10,5	3,5	100,0
Inadequação fundiária	49,4	23,8	19,7	7,1	100,0
Cobertura inadequada	55,9	29,4	9,6	5,1	100,0
Sem banheiro exclusivo	88,0	10,7	0,0	1,3	100,0
Por infraestrutura - energia elétrica, água, esgoto e lixo	57,6	25,4	12,5	4,5	100,0

FONTE: MC/SNH - Déficit Habitacional no Brasil

TABELA 28 - SÍNTESE DOS INDICADORES HABITACIONAIS - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2007

NECESSIDADES HABITACIONAIS	CLASSES DE RENDA MENSAL FAMILIAR (salários mínimos)				
	Até 3	>3 até 5	>5 até 10	>10	TOTAL
Domicílios particulares permanentes urbanos	33,3	24,1	25,7	16,9	100,0
Déficit habitacional urbano	80,3	12,0	6,0	1,7	100,0
Por coabitação	79,7	10,9	6,4	3,0	100,0
Inadequação					
Adensamento urbano excessivo	60,0	17,6	20,0	3,3	100,0
Inadequação fundiária	40,5	27,0	25,7	6,8	100,0
Cobertura inadequada	57,2	31,4	5,7	5,7	100,0
Sem banheiro exclusivo	76,2	19,0	0,0	4,8	100,0
Por infraestrutura - energia elétrica, água, esgoto e lixo	92,6	7,4	0,0	0,0	100,0

FONTE: MC/SNH - Déficit Habitacional no Brasil

A ausência de infraestrutura, como já foi dito, é a principal variável da inadequação domiciliar no Paraná e, dentre os componentes dessa inadequação, o principal é a ausência de saneamento adequado. Em 2003, cerca de 30% dos domicílios não eram atendidos por rede geral de esgoto nem dispunham de fossa séptica, formas aceitáveis de despejo de

dejetos, proporção esta que atinge cerca de 25% dos domicílios em 2008. Deve-se ressaltar que, não obstante haja ligação à rede coletora, a PNAD não discrimina a rede coletora de esgoto da rede de águas pluviais, como também não indica a proporção de esgoto que é tratada (tabela 29).

TABELA 29 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS, SEGUNDO A EXISTÊNCIA OU NÃO DE INFRAESTRUTURA - PARANÁ E REGIÃO SUL - 2003 E 2008

UNIDADE GEOGRÁFICA/ ANO	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES										
	TOTAL	Com Abast. de Energia Elétrica	%	Abast. de Água por Rede Geral	%	Abast. de Água por Rede Geral sem Canalização Interna	%	Sem Rede de Esgoto ou Fossa Séptica	%	Com Coleta de Lixo	%
Paraná											
2003	2.980.644	2.938.425	98,58	2.538.341	85,16	85.619	2,87	966.839	32,44	2.597.459	87,14
2008	3.384.741	3.358.428	99,22	2.920.629	86,29	43.591	1,29	878.426	25,95	3.044.366	89,94
Região Sul											
2003	7.987.699	7.882.401	98,68	6.587.918	82,48	187.997	2,35	1.872.538	23,44	6.929.631	86,75
2008	8.993.253	8.940.106	99,41	7.533.837	83,77	120.041	1,33	1.969.607	21,90	8.159.709	90,73

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2003, 2008)

O atendimento com energia elétrica é o mais frequente e crescente, tanto no Paraná como na Região Sul, atingindo praticamente todos os domicílios.

Já com relação ao abastecimento de água por rede geral, mais de 85% dos domicílios paranaenses contam com esse serviço desde 2003. No entanto, uma reduzida parte desses domicílios não conta com canalização interna (1,2%, em 2008). Na Região Sul essas proporções são ligeiramente menores: tanto os domicílios atendidos por rede geral como aqueles sem canalização interna.

Observa-se finalmente, com relação à coleta de lixo, que a situação melhora entre 2003 e 2008 tanto no Paraná como na Região Sul, aproximando-se de 90%, de atendimento, índice que poderá ser ligeiramente superior quando se excluirmos do total os domicílios rurais.

A política habitacional no Brasil, desde a criação do BNH, não tem dado conta de superar a problemática da escassez de moradia da população, ainda que os recursos do Sistema Financeiro da Habitação tenham sido importantes para financiar a estruturação e o crescimento das cidades brasileiras. A demanda por habitações das famílias, notadamente as de baixa renda, não tem sido atendida mesmo quando é alvo das políticas de governo e o déficit por habitações não tem cessado de crescer, ainda que com oscilações ora para mais, ora para menos.

Enquanto a população brasileira expandiu-se em 8,4% no período 2000 a 2007, a expansão do déficit habitacional no mesmo período foi de 0,89%. No mesmo período, a expansão da população no Paraná foi de 7,5%, enquanto o déficit apresentou expansão de 2,5%. Já a expansão da população urbana paranaense foi de 11,2% para uma ampliação do déficit de 6,6%. Na RMC, por sua vez, a população cresceu 13,6%, e o déficit 22,4%.

O déficit do conjunto de regiões metropolitanas no Brasil foi de 13,1% entre 2000 e 2007 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2006; BRASIL, 2009).

A necessidade de remuneração do capital utilizado na construção dos imóveis, entre outras questões típicas de mercado, impediu à população pobre o acesso à moradia adequada. Os dados disponíveis permitiram identificar que o déficit habitacional persiste porque está concentrado nas faixas de renda de até três salários mínimos. Essa faixa de renda compõe a parcela da demanda não solvável, que não cumpre os requisitos que lhe permitem o acesso ao crédito. Tanto é assim que o tamanho do déficit no País é levemente menor que o total de habitações vagas no mercado. No ano 2000, por exemplo, o déficit habitacional era de 5,9 milhões de habitações, e o estoque de domicílios vagos era de 6,0 milhões, sendo 73,7% deles nas áreas urbanas, justamente onde o déficit era mais expressivo. O problema habitacional no Brasil, portanto, é uma questão de renda e não de simples oferta de produto.

Sob essa perspectiva do déficit, o primeiro marco importante de intervenção se deu nos anos 90 com a criação, pelo Projeto de Lei 2.700/92, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. A lei se mostrou um tanto inócua, porque não regulamentou as bases dos recursos a serem destinados a essa faixa da demanda, impasse sanado com a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), em 2005, propondo a divisão do Sistema em dois subsistemas, o de mercado e o de interesse social. A partir daí inúmeras ações de política foram estabelecidas, inclusive o Programa Minha Casa, Minha Vida, concebido inclusive como um programa anticíclico, voltado para a manutenção da atividade econômica e do emprego.

Uma avaliação desta e de outras medidas observadas para o segmento nessa década ainda é prematura, quiçá a partir dos resultados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 seja possível. No entanto, antecipa-se a ideia de que uma correlação positiva ou não, entre as novas políticas e o déficit habitacional, estará diretamente associada ao uso correto dos recursos, uma vez que os números demonstram com clareza que a faixa de intervenção, aquela onde o déficit está concentrado, é a parcela da população pobre com renda mensal familiar de até 3 salários mínimos e alvo do destino de uma parcela significativa dos recursos habitacionais nos anos mais recentes.

2.2.5 Programas de Transferência de Renda e a Redução da Pobreza

Este item analisa os principais programas sociais que têm como objetivo atender crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiência, com risco de vulnerabilidade social.

De acordo com a Constituição de 1988, a situação da pobreza no País, foi reconhecida como responsabilidade do Estado. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993, estabeleceu as diretrizes e princípios da Assistência Social enquanto uma política não contributiva que dá garantia aos mínimos sociais.

A desigualdade social no Brasil apresenta uma diminuição nos últimos anos, porém continua acentuada, considerando os níveis históricos (IPEA, 2010b). Ao que tudo indica, parte desta queda vincula-se ao sistema de proteção social, que apresentou um aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda implementados em todo o Brasil, contribuindo para a redução da pobreza e visando a uma maior igualdade de oportunidades.

De acordo com dados do IPEA (2010b), quando se analisa a participação das transferências nos rendimentos da população do País observa-se que para a faixa dos mais pobres houve uma mudança até 2008, alcançando 25% da renda domiciliar *per capita* no Brasil, enquanto em 1978 o percentual era de 7 pontos percentuais nessa faixa dos mais pobres.

O peso das transferências na composição dos rendimentos familiares no País, em 2008, atingiu 19,3% de participação, com aumento expressivo comparativamente a 1988 (9,5%). Esta evolução pode ser atribuída, além da expansão dos benefícios previdenciários, à implementação dos benefícios assistenciais como o Bolsa Escola, o Auxílio Gás, a Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação, posteriormente integrados pelo programa Bolsa Família, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o qual substituiu, a partir de 1996, a Renda Mensal Vitalícia (RMV), criada em 1974.

Dentre os programas, o Bolsa Família é o mais significativo atualmente, como iniciativa pública instituída para combater a fome e promover as famílias em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco. As famílias beneficiárias são atendidas de acordo com critérios definidos por lei, selecionadas e cadastradas no Cadastro Único (CADÚNICO)¹⁷. O número de benefícios depende da composição familiar e da faixa etária. De 0 a 15 anos, o teto é de até três benefícios por família, e para os adolescentes de 16 a 17 anos, que estejam na escola, o teto é de até dois benefícios.

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) criou um Sistema de Gestão de Condicionalidades (SICON), que tem como objetivo elevar o grau de efetivação dos direitos sociais. Assim, a gestão do programa também é avaliada com base no Índice de Gestão Descentralizada (IGD)¹⁸, que varia entre 0 e 1 e demonstra a qualidade do desempenho do programa no município, além de revelar o compromisso assumido pelos estados e municípios na sua adesão ao Programa; quanto mais próximo de 1, maior será o valor repassado ao município, significando que o município investiu na melhoria da gestão, tanto nas ações de cadastramento das famílias, como no acompanhamento das condicionalidades (saúde e

¹⁷ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Cadastro Único - Cadúnico é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras com baixa renda. Dessa forma, o número de famílias cadastradas no Cadúnico é maior que a quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, já que outros programas sociais utilizam como fonte o cadastro. Cabe destacar que o cadastro não tem uma data definida para a atualização, embora deva ser atualizado a cada dois anos, e refere-se a diferentes períodos de coleta, o que implica uma limitação como referência estatística.

¹⁸ O IGD foi criado em 2006, mas, com a medida provisória nº. 462, de 14 de maio de 2009, alterou-se a legalidade do IGD, passando de portaria para Lei Federal.

educação) e ações complementares, produzindo ganhos de atendimento às demandas locais. O município que não atingir valor mínimo de 0,2 em cada componente do IGD-M tem seu recurso bloqueado.

Conforme dados do MDS, em maio de 2010 o IGD-E do Estado do Paraná era 0,75. Apesar deste resultado, a situação não é homogênea para o conjunto dos municípios, revelando dificuldades de gestão nos diferentes componentes do IGD-M.

Na tabela 30, a seguir, percebe-se que 300 municípios não conseguiram atingir o valor mínimo de 0,80 no componente atualização cadastral, ou seja, não conseguiram manter suas bases operacionais atualizadas nos 24 meses anteriores à última atualização ou inclusão de famílias no CADÚNICO, comprometendo a avaliação e monitoramento dos programas. Também em relação ao cadastro é possível identificar que é significativo o número de municípios que não atingiram o valor mínimo de 0,80 no componente cobertura cadastral, ou seja, que tiveram dificuldade para garantir a qualidade e integridade das informações constantes no Cadastro Único.

TABELA 30 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM VALORES DOS COMPONENTES DO CÁLCULO DO IGD E QUE NÃO ATINGIRAM O ÍNDICE MÍNIMO ESTABELECIDO PELO MDS, SEGUNDO QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS NO PARANÁ - 2010

VALORES MÍNIMOS / COMPONENTES			
Acompanhamento Escolar Inferior A 0,75	Acompanhamento da Agenda de Saúde Inferior a 0,60	Cobertura/Qualificação de Cadastros Inferior a 0,80	Atualização Cadastral Inferior a 0,80
5 municípios	56 municípios	188 municípios	300 municípios

FONTE: MDS

Em 2009, no Paraná, o número de famílias cadastradas era de 967.252, sendo que 49,8% (482.335) destas eram beneficiárias de alguns dos programas assistenciais do governo.

Em relação ao programa Bolsa Família, observa-se que a proporção de famílias atendidas no período entre 2005 e 2008 manteve-se em torno de 40% do total de famílias com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo de renda *per capita* mensal (tabela 31).

TABELA 31 - PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES NO PARANÁ - 2005-2008

ANO	FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO BOLSA FAMÍLIA (A)	NÚMERO DE FAMÍLIAS POBRES QUE RECEBEM ATÉ $\frac{1}{2}$ SALÁRIO MÍNIMO <i>PER CAPITA</i> MENSAL (B)	A/B %
2005	447.186	1.168.838	38,3
2006	452.172	1.141.786	39,6
2007	410.885	1.017.595	40,4
2008	367.247	916.445	40,1

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (2000) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2004, 2006, 2007, 2008), MDS/SAGI

Outro programa social de transferência de renda é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que atende aos idosos carentes com idade de 65 anos ou mais, e às pessoas portadoras de necessidades especiais, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, com renda familiar *per capita* mensal de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. A concessão deste benefício aumentou sistematicamente ao longo do período 2004/2009 (tabela 32). Dois fatos podem estar concorrendo para este desempenho: o aumento da longevidade da população e a melhoria na gestão do programa e na sua capacidade de identificação de beneficiários.

TABELA 32 - TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) POR COMPONENTE - PARANÁ - 2004-2009

ANO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS. DO BPC	IDOSOS	DEFICIENTES
2004	99.468	47.026	52.442
2005	110.290	52.612	57.678
2006	121.224	57.708	63.516
2007	132.245	62.651	69.594
2008	144.445	67.867	76.578
2009	154.271	72.482	81.489

FONTE: MDS/SAGI (2010)

Na tabela 33, a seguir, pode-se calcular a proporção de população idosa que recebe o benefício, em relação ao total da população de 65 anos ou mais com renda familiar *per capita* mensal de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, verificando-se tanto o aumento da população idosa como dos beneficiários. Porém, a tabela indica uma proporção de beneficiários que extrapola em muito a clientela indicada pelas estatísticas. Deste fato pode-se inferir que ocorre um erro de focalização que extrapola o universo. Cabe lembrar que a identificação de beneficiários para o BPC é extraída dos Cadastros do INSS e não do CADÚNICO.

TABELA 33 - PROPORÇÃO DE IDOSOS QUE RECEBEM O BPC EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO COM 65 ANOS OU MAIS COM RENDA MENSAL FAMILIAR *PER CAPITA* DE ATÉ $\frac{1}{4}$ DE SALÁRIO MÍNIMO - PARANÁ - 2004/2007/2008

ANO	POP. TOTAL COM 65 ANOS OU MAIS (A)	POP. ATENDIDA PELO BPC/IDOSO (B)	B/A (%)
2004	3.550	47.026	132,5
2007	8.255	62.651	758,9
2008	9.680	67.867	701,1

FONTES: MDS/SAGI, IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2004, 2007, 2008)

Na área da assistência social, outro programa importante é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996, que articula um conjunto de ações visando à retirada de crianças e adolescentes de até 15 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Este programa contempla, também, transferência de renda às famílias, seja do Bolsa Família, quando atender aos critérios de elegibilidade do programa, seja do próprio PETI. Ressalte-se que a condicionalidade de frequência às atividades de convivência no contraturno é obrigatória apenas para as crianças e jovens de 7 a 15 anos.

Como já mencionado anteriormente, a população infanto-juvenil vem diminuindo no Estado, e o mesmo vem se verificando com a sua parcela que trabalha. Entre 2005 e 2009, o percentual de crianças e jovens trabalhando foi reduzido de 6,3% para 4,2% do total da população de 0 a 15 anos de idade (tabela 34).

Ainda assim, em 2009 cerca de 111 mil crianças e jovens declararam realizar algum tipo de trabalho. E, mesmo com a queda no número de beneficiários, o PETI ampliou seu nível de cobertura, passando a atender a um público equivalente a 34,4% do total de crianças e jovens que, em 2009, estavam ocupados.

TABELA 34 - PROPORÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE RECEBEM O PETI EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO DE 0 A 15 ANOS - PARANÁ - 2005/2009

ANO	POPULAÇÃO TOTAL DE 0 A 15 ANOS NO PARANÁ (A)	PESSOAS DE 5 A 15 ANOS OCUPADAS (B)	BENEFICIÁRIOS DO PETI (C)	B/A (%)	C/A (%)
2005	2.831.258	176.976	48.433	6,3	27,4
2009	2.668.606	111.328	38.329	4,2	34,4

FONTES: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2004, 2007, 2008), MDS/SAGI

Este segmento – o trabalho infanto-juvenil¹⁹ – representa um desafio contínuo ao governo e à sociedade. As soluções exigidas, no curto prazo, devem partir, prioritariamente, do conhecimento da complexidade dos problemas sociais, os quais derivam das frágeis condições das famílias em face da impossibilidade de oferecer a seus filhos condições de desenvolvimento dentro de padrões socialmente aceitáveis.

A entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, e o apoio da OIT/PEC e da UNICEF têm atenuado o problema de maneira perceptível, desde então. A atuação combinada do governo federal, dos estados e dos municípios vem transformando em ações concretas a intervenção nessa área. Mas para a erradicação do trabalho infanto-juvenil é necessário que instituições governamentais e não-governamentais venham a fortalecer a estrutura de funcionamento da assistência social e de redes de serviços socioassistenciais, com foco prioritário na família, assim como políticas e compromissos de apoio a esse segmento da sociedade de forma a não comprometer física e psicologicamente uma geração de crianças e adolescentes, resultando em custos muito elevados para a sociedade.

Para concluir, cabe mencionar os programas sociais estaduais voltados para a mesma clientela, contribuindo para a melhoria de suas condições de vida. Eles se diferenciam dos programas federais por realizarem transferência de renda não monetária.

O Programa do Leite do governo estadual, que vigora desde 2003, e que em julho de 2010, segundo a Unidade Gestora do Programa - Leite das Crianças, atendeu 152,7 mil

¹⁹ O Brasil ratificou as Convenções Internacionais número 138 (idade mínima para início de trabalho) e 182 (proibição das piores formas de trabalho infantil), ambas da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

crianças no Paraná, tem como objetivo reduzir a desnutrição infantil de crianças de 6 a 36 meses, atender gestantes e nutrizas de baixa renda, bem como apoiar os pequenos produtores de leite.

O Programa Luz Fraterna, lançado em 2003, atende às famílias de baixa renda inscritas no CADÚNICO, com baixo consumo de energia elétrica, isentando-as do pagamento da tarifa. Em 2008, em torno de 200 mil famílias foram beneficiadas.

Por fim, o Programa Tarifa Social da Água, em vigor desde 2004, subsidia a tarifa das famílias com consumo de até 10m³/mês, residentes em imóveis residenciais de até 70m² e com renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Em 2008, o Programa atendeu 271 mil famílias, beneficiando-as com o pagamento de tarifa reduzida pelos serviços de saneamento, complementando, assim, sua renda familiar.

Como foi visto, pode-se dizer que o avanço social ocorrido no Paraná com o aperfeiçoamento das políticas de proteção social implementadas é significativo para a melhoria do quadro social apresentado, mas ainda insuficiente para solucionar o quadro de desigualdade social e propiciar o rompimento do ciclo da pobreza entre gerações.

Nesse sentido, o estabelecimento de uma agenda social, articulada com a política econômica, que leve em consideração a natureza demográfica e social locais e com as características das famílias pode gerar uma maior equidade de oportunidades.

Os grandes desafios que se colocam para as políticas sociais para os próximos anos, são:

- usar racionalmente os recursos públicos;
- tornar efetiva a redução da pobreza;
- coordenar e articular as ações entre os setores políticos e a gestão dos programas, para as três esferas de governo;
- promover a parceria entre as entidades governamentais envolvidas e a sociedade civil organizada.

3 DIMENSÃO AMBIENTAL

A dinâmica ambiental do Paraná é aqui abordada a partir dos temas mais relevantes, tais como cobertura vegetal, a nova proposta de reformulação do código florestal, recursos hídricos, recursos energéticos e lixo. Esses temas encontram-se embasados em três elementos norteadores da questão ambiental paranaense: a preservação da biodiversidade; a conservação e uso adequado do solo, destino e coleta de lixo; e o potencial dos recursos hídricos.

Historicamente o Paraná vem apresentando uma sucessiva redução de sua cobertura vegetal, tendo atualmente apenas 11% de remanescentes de sua mata original e, apesar de ter havido certa estabilidade nas taxas de desmatamento entre os últimos

levantamentos realizados pela SOS Mata Atlântica (2001 e 2008), o valor apresentado traz bastante apreensão sobre o futuro da biodiversidade paranaense, já que fatores políticos e econômicos têm causado muita pressão sobre ela. Exemplo disso é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que, mesmo tendo uma atuação tímida no Paraná, focou seus investimentos na infraestrutura. Esta também se faz relevante na Política de Desenvolvimento Econômico do Paraná (PDE), que também inclui os incentivos nas produções agrícola e industrial. Estas ações estão relacionadas diretamente ao crescimento do agronegócio, otimizando a infraestrutura de transportes para o melhor fluxo produtivo do Estado, o que deverá causar considerável pressão sobre os remanescentes florestais.

Em consonância com estes programas de desenvolvimento existe uma proposta de alteração do Código Florestal Brasileiro na Câmara Federal e Congresso Nacional, com o objetivo de isentar o produtor rural do passivo ambiental causado por sucessivos desmatamentos e uso ilegal do solo, através do cancelamento de autuações e redução das áreas de preservação permanente ao longo dos rios (matas ciliares). Estudos recentes sobre a análise do impacto da aplicação do Código Florestal em municípios de alta produção agrícola no Brasil, realizados pelo WWF, ESALQ e EMBRAPA, demonstraram que com melhor aproveitamento das áreas destinadas às atividades agropecuárias, com recuperação das áreas de pastagens degradadas e consorciamento entre agricultura e pecuária é possível intensificar a produção agrícola do Estado sem realizar novos desmatamentos. No Paraná, as atuais técnicas agropecuárias disponíveis permitem melhor aproveitamento dos recursos naturais e maiores índices de produtividade. Conforme o estudo Indicadores de Sustentabilidade Ambiental (IPARDES, 2010), sobre os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), a lotação de pastagens no Estado do Paraná pode ser em muito melhorada. Considerando a lotação do Paraná, que é de 2,09 UA/ha, e a perspectiva de aumentá-la para 3,37 UA/ha (índice registrado na região da bacia do Paraná 3), bastariam 2,9 milhões de hectares para pastagens, em vez de 4,7 milhões de hectares hoje ocupados para o mesmo efetivo bovino, que é de 9.804.254 cabeças. Isto significa uma sobra de 1,8 milhão de hectares, que, somados aos 290.760 degradados, inteiram 2.083.494 hectares para utilização diversa: APP ou agricultura, por exemplo.

Apesar da relativa abundância de recursos hídricos no Paraná, o elevado grau de urbanização e os usos múltiplos da água têm levado ao comprometimento da qualidade desta. Na área urbana, os impactos sobre os recursos hídricos têm sido causados pelo despejo de esgoto doméstico não tratado, inadequação no destino do lixo e descarga de substâncias tóxicas industriais, enquanto nas áreas rurais os impactos se devem ao uso de agrotóxicos e fertilizantes, poluição por dejetos de animais, construção de barragens e erosão dos solos.

Se, por um lado, o Paraná apresenta um balanço hídrico confortável, no qual somente cerca de 3% dos recursos hídricos superficiais disponíveis são consumidos, não

se pode esquecer que enquanto o volume total de água doce permanece o mesmo, cresce a quantidade de água consumida e, conseqüentemente, cresce a quantidade de mananciais de abastecimento poluídos por esgoto doméstico nas grandes cidades.

O consumo global de energia no Paraná, em 2007, foi de 16.032 toneladas equivalentes de petróleo (tEP). Os dados demonstram que das diversas fontes de energia o petróleo e seus derivados são as mais utilizadas, sendo responsáveis por 44,1% do consumo energético no Estado, seguidos da lenha e seus derivados, que aparecem com a segunda maior participação, correspondente a 17,7%. Os produtos derivados da cana participam com 17,4% do consumo global de energia. A energia hidráulica é a quarta grande fonte de energia, com participação de 13,3% (IPARDES, 2010).

O consumo de energia primária no Paraná, em 2007, apresentou um padrão em que as fontes não-renováveis são responsáveis por 49,9% do total consumido e as renováveis participam com 50,1% do total. Este perfil de consumo é bastante positivo com relação às metas de desenvolvimento sustentado e muito bem posicionado quando se compara com os indicadores de consumo energético da União Europeia, que sinalizou com uma meta para 2010 de participação da energia renovável em 21% do total de energia. Caso o Paraná mantenha a matriz energética nos moldes atuais e amplie a produção das fontes de energia renovável, estará muito próximo de alcançar um modelo energético fortemente baseado em energias renováveis. O balanço entre a produção e a demanda por energias renováveis apresenta um superávit no Paraná, que pode ser explicado pelo grande potencial hidrelétrico instalado e operando no Estado. Por outro lado, este mesmo balanço posiciona o Estado como um importador de petróleo para suprir parte de suas demandas.

Com relação ao lixo, fatos recentes marcaram mudanças na disposição final dos resíduos sólidos urbanos da RMC. Depois de 21 anos o Aterro Sanitário da Caximba deixou de operar, passando suas atividades de transporte, coleta e tratamento dos resíduos de Curitiba e mais 17 municípios da RMC para área localizada no município de Fazenda Rio Grande. O aterro implantado nesta área deverá receber 2.300 t/dia de lixo (outras 100 t/dia serão encaminhadas a um aterro na Cidade industrial de Curitiba) e tem caráter provisório, com vida útil estimada em 24 meses e possibilidade de prorrogação. De uma forma geral o Paraná apresenta um cenário bastante preocupante sobre o destino do lixo, pois dados do IBGE (2008) mostram que 53% dos municípios do Paraná dispõem seus resíduos sólidos urbanos em lixões ou aterros controlados (IBGE, 2008). A inadequação quanto à disposição de resíduos sólidos, tanto urbanos como rurais, está intimamente relacionada à qualidade da água para o aproveitamento em abastecimento público, ressaltando-se que este elemento é de fundamental importância para a sustentabilidade ambiental. No Estado do Paraná existe apenas uma usina de reciclagem de lixo, chamada de Usina de Valorização de Resíduos (UVR), que é mantida pelo Instituto Pró-Cidadania de Curitiba (IPCC) e situada no município de Campo Magro, próximo a Curitiba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das diferentes dimensões relacionadas ao desenvolvimento do Estado permitiu identificar um conjunto de questões que merecem ser destacadas na perspectiva de comporem uma agenda para o planejamento e ação do Estado paranaense.

No cenário nacional, há fortes indicações acerca da recuperação do poder competitivo da Região Sudeste, particularmente quanto aos impactos das inversões do pré-sal e dos projetos em segmentos de ponta, na indústria e nos serviços. Soma-se a essas inversões estruturantes os dispêndios voltados à organização e viabilização dos eventos esportivos (Copa do Mundo de futebol de 2014 e Olimpíadas de 2016), que podem, além de seus efeitos conjunturais sobre a renda e o emprego, contribuir para reforçar a qualificação infraestrutural dessa região. Em confirmando-se este cenário, as demais economias regionais poderão ter sua participação no produto nacional comprometida.

No caso paranaense, apesar da capacidade de sincronização da economia estadual às mudanças econômicas estruturais e espaciais da economia brasileira, nas duas últimas décadas, verifica-se que há, atualmente, um conjunto de fatores que poderá se constituir em obstáculo à sustentação do nível de crescimento, dentre os quais podem ser destacados: a possibilidade de restrição futura de matéria-prima decorrente da quase indisponibilidade de novas áreas para a expansão da agropecuária; a redução do ritmo de crescimento populacional; a concentração da produção agroindustrial em produtos de menor valor agregado, centrada nas primeiras etapas do processamento; os obstáculos fiscais para a realização de novos investimentos públicos; o aumento da dependência da pauta exportadora por *commodities*.

Assim, a possibilidade de o Paraná se manter bem posicionado na economia brasileira dependerá do encaminhamento de um conjunto de ações que visem eliminar as restrições à ampliação da base produtiva no território paranaense.

Neste sentido, há que se reconhecer o caráter crucial da ampliação e modernização da rede de infraestrutura do Paraná, de forma a recuperar a competitividade na atração de empresas e na expansão do parque produtivo já operante no território, com apreciáveis desdobramentos na formação da renda, no mercado de trabalho e na integração intrarregional, inclusive com especial atenção aos trechos rodoviários secundários e vicinais.

Complementarmente, afigura-se imprescindível a definição de incentivos para o adensamento do perfil industrial do Estado, por meio do aprofundamento da complementaridade dos ramos metal-mecânico e eletroeletrônico, especialmente das atividades de subfornecimento da área automotiva.

Seria oportuna, também, a multiplicação da capacidade de competição privada, sobretudo das empresas de média e pequena dimensão, e da qualificação da mão de obra, conforme as peculiaridades e aptidões dos diferentes espaços regionais, com ênfase na experiência dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Há que se reforçar a indução de maior desconcentração geográfica das atividades produtivas, por intermédio do reforço das inversões em infraestrutura física e científica e tecnológica; do uso de incentivos fiscais, alocados quer em atividades com pronunciado grau de geração de emprego, quer em atividades com maior densidade tecnológica e de maior impacto sobre a renda regional; do desenvolvimento de programas de capacitação de mão de obra; e da utilização de linhas de crédito oficiais subsidiadas, particularmente aquelas disponibilizadas pelo BNDES, inclusive para a melhoria da gestão organizacional das empresas.

O Estado necessita ampliar a base em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), mediante a busca de articulação entre as ações do setor público e da iniciativa privada, de modo a ampliar o potencial inovativo nas empresas e, conseqüentemente, incrementar as vantagens competitivas do tecido produtivo estadual. Uma estratégia desta natureza permitiria difundir os ativos ligados ao conhecimento, com substancial participação das instituições estaduais de ensino superior, dos institutos de pesquisa e das Universidades Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR) e Federal do Paraná (UFPR).

Torna-se importante, também, perseguir a elevação da produtividade e a diversificação da produção agropecuária estadual, bem como a acentuação da verticalização das cadeias agroindustriais, na direção da instalação das etapas finais de beneficiamento e da maior adição de valor à produção, mediante o aproveitamento da estrutura cooperativista existente no Estado.

Há que se reconhecer que a incorporação pelos sistemas agroindustriais é limitada aos produtores com requisitos mínimos de capacitação e tecnificação, e que uma parcela expressiva da população rural não poderá prescindir do apoio oficial à produção, requerendo ações de assistência técnica, extensão rural e crédito subsidiado, para a viabilização da produção familiar rural.

O ritmo de crescimento populacional no Estado sofreu forte desaceleração, mas sem descontinuidade no que tange ao processo de transição demográfica, cujo resultado é uma maior participação dos grupos de maior idade na estrutura etária da população. No âmbito deste processo, o Estado, como o País, depara-se com o que os especialistas denominam de “bônus demográfico” ou, também, “janela de oportunidade demográfica”. Isto porque, nas primeiras décadas do presente século, as pirâmides etárias da população brasileira e estadual estarão configurando razões de dependência declinantes, o que significa dizer que a proporção do segmento de pessoas em idade ativa será ampliada relativamente à dos segmentos populacionais inativos, representados por pessoas abaixo de 15 anos de idade e pelos idosos, acima de 65 anos.

No Paraná, esta dinâmica é observada em quase todas as mesorregiões e, a julgar pelas previsões atuais, persistirá nos próximos 20 ou 30 anos. Mas é preciso ressaltar que, a despeito de as médias mesorregionais serem satisfatórias, os dados da Contagem Populacional de 2007 revelavam alguns conjuntos de municípios, localizados, em especial, nas áreas centro-sul e no Vale do Ribeira (ao norte da Mesorregião Metropolitana de

Curitiba), com razões de dependência superiores a 50%. No contexto estadual, essas constituem as principais áreas consideradas socialmente críticas.

Associados a essas transformações demográficas alguns desafios são colocados para a política pública. A questão do recente aumento dos níveis de gravidez das adolescentes requer atenção especial de pais, educadores, gestores públicos.

De modo similar, a grave realidade de elevação do número de óbitos de jovens a níveis alarmantes, em especial do sexo masculino, em situações decorrentes de acidentes de trânsito, assaltos, brigas de gangues, ou outras causas violentas, é uma mazela social que vem crescendo há mais de década, sem que se perceba efetivamente uma reação severa do conjunto da sociedade para interromper essa triste tendência.

Os ganhos permanentes, ao longo do tempo, de expectativa de vida para os grupos populacionais que atingem a terceira idade, representando um crescimento dos níveis de longevidade, vêm gerando situações de idosos ainda em ótimas condições de saúde, com grande potencial produtivo, demandando trabalho, lazer, alimentação, infraestrutura, adequados às suas idades.

Adicionalmente, crescentes proporções de idosos em um contexto de redução do tamanho das famílias, que historicamente abrigavam e cuidavam dos mais velhos, representam um imenso desafio que passa a requerer do conjunto da sociedade e de todo o planejamento público um amplo reordenamento de normas, condutas, prioridades, infraestruturas e políticas sociais setoriais e de amparo, que possam gradualmente contribuir para um processo de envelhecimento mais digno da população do Estado.

Apesar de inequívocas melhorias na condição social da população, muitos são os desafios para a política social. Na área educacional, no que se refere à educação básica, há muito que se avançar em termos de garantir o acesso das crianças à educação infantil (creches e pré-escolas). No ensino fundamental, apesar da universalização do acesso, a redução do atraso escolar e a melhoria no nível de proficiência dos estudantes são importantes desafios. Estas questões se colocam também para o ensino médio, sendo que, neste nível, as questões do abandono escolar e da não conclusão desta etapa do ensino atingem um percentual ainda elevado de jovens.

Embora predominantemente associada à população idosa, a questão do analfabetismo ainda afeta parcela expressiva da população estadual, inclusive aquela que se encontra em idade ativa, a qual deveria ser o foco de uma política nesta área. No outro extremo da formação educacional, o crescimento da demanda por trabalho especializado tem colocado desafios à expansão do ensino profissionalizante e de nível superior.

Na área da saúde, os indicadores relacionados ao programa Saúde da Família sugerem que há espaço para avanços em termos de sua cobertura no Estado. Os avanços em termos de redução da mortalidade infantil não devem obscurecer o fato de que a taxa estadual ainda se situa muito acima da verificada em países desenvolvidos e, mesmo, de alguns países da América Latina. O envelhecimento populacional implica maior demanda por ações de prevenção e maior pressão por atendimento de maior complexidade.

O já mencionado aumento da mortalidade por causas externas (agressões e acidentes de trânsito), e sua particular incidência sobre os jovens, requerem um conjunto de ações intersetoriais para a prevenção e a redução dessas formas de violência.

Em termos de necessidades habitacionais, o Estado registrava, em 2007, um déficit habitacional de quase 167 mil habitações, existindo, também, um expressivo número de domicílios com algum tipo de inadequação, destacando-se aqui a carência de infraestrutura, particularmente de saneamento, que atinge uma porção expressiva dos domicílios urbanos. É interessante destacar que ações na área habitacional – moradia popular e expansão da infraestrutura urbana – poderiam beneficiar duplamente a população de baixa renda no Estado, pois, além de ampliar as oportunidades de trabalho, essas ações beneficiariam diretamente este segmento populacional, principal grupo atingido por esses tipos de necessidades.

Segundo o IPEA, houve, no período 2001-2009, importante redução da pobreza no Estado, mas, ainda assim, o número de pessoas vivendo nesta condição representava 12,4% da população estadual, um contingente de 1,3 milhão de pessoas. Vários estudos têm evidenciado que a redução da pobreza está relacionada ao avanço do conjunto de programas de transferência de renda e à forte expansão do mercado de trabalho.

Aqui vale chamar a atenção para algumas ações que podem contribuir para a continuidade deste processo. Da ótica do trabalho, embora a manutenção do crescimento econômico seja condição necessária para a expansão do emprego, ações focadas em segmentos como a produção rural familiar e os trabalhadores com baixa qualificação certamente contribuirão para sua maior participação nos dividendos do crescimento econômico. A manutenção e melhor focalização dos programas estaduais de benefícios não monetários (Leite das Crianças, Leite Paraná, Tarifa Social da Água e Luz Fraterna) podem contribuir para mitigar as privações desta população carente.

A educação é apontada como um dos principais fatores que, no médio prazo, contribuem para a redução da pobreza e da desigualdade. A ampliação das vagas na educação infantil, além de seus resultados propriamente educacionais, propicia condições para as mães buscarem sua inserção no mercado de trabalho. Melhorar a qualidade do ensino e garantir que a totalidade das crianças e jovens possa concluir sua trajetória pela educação básica são condições para dar sustentabilidade a esta trajetória de redução da pobreza no Estado.

Outra ação que poderia contribuir para tal sustentabilidade seria a focalização das ações de combate ao analfabetismo neste segmento da população, associando-a aos demais programas assistenciais, inclusive os de transferência de renda.

Quanto à dinâmica ambiental do Estado, um desafio que deve ser considerado no gerenciamento ambiental do Paraná refere-se ao grau de preservação da biodiversidade nas diversas unidades de conservação existentes no Estado. Parece bastante relevante que se faça um levantamento sobre o estado d'arte nestas unidades, para que se possa avaliar se elas efetivamente estão protegendo a flora e a fauna nativas ou outros elementos dos recursos naturais que estão objetivados nos seus respectivos decretos de criação. As mesorregiões

Centro-Ocidental, Norte-Central, Norte-Pioneiro, Sudoeste e Noroeste configuram-se como locais mais degradados do Estado, sempre apresentando grandes perdas de estoque da biodiversidade, necessitando ser incluídas como áreas prioritárias em programas de recuperação ambiental.

Faz-se necessário que o poder público, em parceria com instituições não-governamentais e a iniciativa privada, criem mecanismos que viabilizem investimentos em programas e políticas públicas voltados à conservação e recuperação de áreas com biodiversidade e, também, se comprometam a concluir o Plano de Trabalho do Zoneamento Ecológico-Econômico do Paraná.

No que diz respeito à gestão das águas, o primeiro desafio é melhorar a qualidade da água das regiões metropolitanas e promover o re-uso da água. O segundo desafio é garantir a proteção dos mananciais de abastecimento, e o terceiro é garantir a qualidade da água nos rios das regiões rurais com intenso uso agrícola, já que os rios destas regiões estão sujeitos a cargas intensas de poluentes decorrentes do uso de agrotóxicos. Para isso, nos espaços urbanos, o desafio é a necessidade de implementação de políticas públicas e programas de proteção dos mananciais hídricos, que estão diretamente ligados à implantação de programas de regulamentação fundiária e moradia para assentamentos irregulares e ações governamentais sobre áreas de mananciais de abastecimento, que impeçam efetivamente a ocupação irregular.

Segundo estudos sobre a disponibilidade hídrica em 30 municípios próximos às regiões metropolitanas do Paraná (ANA, 2010), foi identificada a necessidade de investimentos visando à exploração de novos mananciais e à ampliação dos sistemas existentes. Destes municípios, 50% apresentarão déficit de abastecimento em 2015. Da mesma forma, o sistema de esgoto do Estado deverá receber investimentos para que não venha a comprometer a qualidade dos mananciais nestas mesmas regiões metropolitanas.

Com relação à ampliação e diversificação da matriz energética, deve-se ressaltar que o Estado possui uma excelente oportunidade para se consolidar em um perfil ainda mais positivo com relação ao Desenvolvimento Sustentável, devendo se implementar o uso de alguns instrumentos, como a inclusão de novas tecnologias para as PCHs, maior utilização da biomassa residual por parte da agroindústria para a co-geração de energia e desenvolvimento de novos insumos e produtos para a energia renovável.

Com relação à gestão do lixo, alguns bons exemplos devem ser apresentados e seguidos, tais como o projeto de lei para a implantação do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que beneficiaria os catadores de materiais recicláveis, realizando um resgate social e beneficiando a inclusão de cerca de um milhão de brasileiros, e a criação de mais Usinas de Valores de Rejeitos (a exemplo da que está em operação na região de Campo Magro), que visa à reciclagem do lixo e que oportuniza a geração de empregos, beneficiando grupos que sempre foram excluídos, tanto no aspecto social como econômico. Também é fundamental que se viabilizem programas para a implantação de aterros sanitários em municípios que ainda não são atendidos.

REFERÊNCIAS

- ANA - Agência Nacional das Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://conjuntura.ana.gov.br/conjuntura/srh_duc.htm>. Acesso em: jul. 2010.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Belo Horizonte: FJP, 2009. Projeto PNUD-BRA-00/019 - Brasil - BID.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil: municípios selecionados e microrregiões geográficas**. 2. ed. Brasília: [s.n.], 2006. Projeto PNUD-BRA-00/019 - Brasil - BID.
- IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**. Rio de Janeiro, 2008.
- IPARDES. **Atlas das Necessidades Habitacionais no Paraná**. Curitiba, 2004.
- IPARDES. **Indicadores de sustentabilidade ambiental por bacias hidrográficas do Estado do Paraná**. Curitiba, 2010.
- IPEA. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**. Brasília, jan. 2010a. (Comunicados da Presidência, 38).
- IPEA. **Previdência e assistência social: efeitos no rendimento familiar e sua dimensão nos estados**. Brasília, jul. 2010b. (Comunicados do IPEA, 59).
- POLITICAS sociais: acompanhamento e análise – edição especial 1995-2005. Brasília: IPEA, n. 13, 2006.
- REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações**. RIPSAs. 2.ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.
- RIBEIRO, Carmem R. et al. Regionalização em saúde e procedimentos hospitalares: uma abordagem metodológica. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 109, p. 81-118, jul./dez. 2005.
- RIOS NETO, Eduardo Luiz Gonçalves et al. **Análise da evolução de indicadores educacionais no Brasil: 1981 a 2008**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar., 2010. (Texto para discussão, n. 386).
- SUZUKI JUNIOR, Júlio Takeshi; LIMA, Fernando Raphael Ferro de. **A economia paranaense e os projetos de investimentos em infraestrutura de transportes**. Curitiba: IPARDES, 2010. (Nota técnica, n. 3).
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

APÊNDICE
RELAÇÃO DAS NOTAS TÉCNICAS UTILIZADAS NA
ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO

A Macroeconomia Brasileira e Paranaense nos anos 2000

Gilmar Mendes Lourenço

As Características do Crescimento Industrial Paranaense

Julio Takeshi Suzuki Júnior

Agronegócio Paranaense: movimentos recentes e importância no âmbito nacional

Julio Takeshi Suzuki Júnior

Ruralidade, Agricultura Familiar e Desenvolvimento

Angelita Bazotti

Valeria Villa Verde Reveles Pereira

Desenvolvimento Rural Sustentável a partir da Agroecologia e da Agricultura Orgânica: o caso do Paraná

Ivo Barreto Melão

Características do Emprego no Setor Agropecuário e Florestal no Paraná

Agemir de Carvalho Dias

Maria Saléte Zanchet

Vanilda Rosa do Prado

O Setor de Serviços na Economia Paranaense

Paulo Roberto Delgado

Ricardo Kureski

A Economia Paranaense e os Projetos de Investimentos em Infraestrutura de Transportes

Julio Takeshi Suzuki Júnior

Fernando Raphael Ferro de Lima

A infraestrutura e os Pontos de Escoamento das Exportações Paranaenses

Julio Takeshi Suzuki Júnior

Logística: Conceitos, Problemas e Perspectivas

Darcy Marzulo Ribeiro

Os Desafios do Desenvolvimento Regional: a importância e a insuficiência do crescimento do PIB na redução das desigualdades regionais

Diócles Libardi

Marley Vanice Deschamps

Ricardo Kingo Hino

Panorama da Ciência e Tecnologia no Estado do Paraná na Última Década

Louise Ronconi de Nazareno

Maria Elizabeth Lunardi

Maria Isabel Barion

Federalismo e Políticas Sociais

Ana Maria de Macedo Ribas

Débora Zlotnik Werneck

Francisco José Gouveia de Castro

Leonildo Pereira de Souza

Maria de Lourdes Urban Kleinke

Nadia Zaiczuck Raggio

Dinâmica Demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios

Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra

Marisa Valle Magalhães

Notas sobre a Questão Social no Paraná

Cleide Maria Perito de Bem

Eloise Helene Hatschbach Machado

Maria Luiza M. S. Marques Dias

Neda Mohtadi Doustdar

Paulo Roberto Delgado

Vilmar Gross

Segurança Pública - uma agenda para discussão

Normélia Maria do Rocio de Souza

Dinâmica Ambiental do Estado do Paraná

Ana Cláudia de Paula Müller

Cecilia Schlichta Giusti

Julio Cesar de Ramos

Lucrecia Zaninelli

Luiz Antonio Cortesi

Oduvaldo Bessa Junior